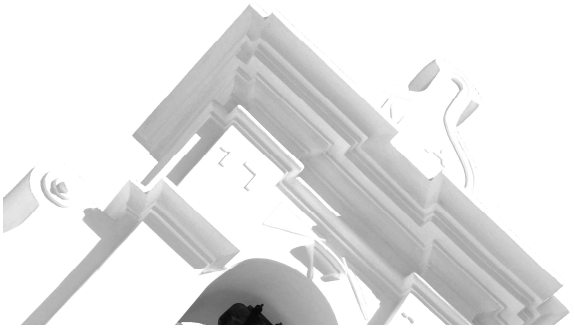


PLANO DE GESTÃO DE RISCOS DE CORRUPÇÃO E INFRAÇÕES CONEXAS DO MUNICÍPIO DE TAVIRA

RELATÓRIO DE EXECUÇÃO - 2016

ÍNDICE

I. Introdução **3**

II. Monitorização **4**

III. Conclusão **51**

IV. Anexos **54**

I – INTRODUÇÃO

Na sequência da Recomendação do Conselho de Prevenção da Corrupção, de 01 de julho de 2009, publicada na 2.ª série do Diário da República, n.º 140, de 22 de julho de 2009, o Município de Tavira elaborou o seu Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas, adiante designado por PGRCIC, o qual foi aprovado, na sua primeira versão, em reunião de Câmara Municipal, realizada no dia 3 de fevereiro de 2010 e, pela Assembleia Municipal, na sessão de dia 23 de fevereiro de 2010.

Com a entrada em vigor da Lei nº. 49/2012, de 29 de agosto, a Assembleia Municipal de Tavira, na sessão de 19 de novembro de 2012, aprovou o novo Regulamento de Organização dos Serviços Municipais, o qual motivou, em setembro de 2014, a revisão do PGRCIC, que está em vigor à data da elaboração do presente relatório.

Por despacho do Sr. Presidente da Câmara Municipal de Tavira, datado de 20 de janeiro de 2015, foi nomeada a equipa de controlo e acompanhamento (ECA), uma equipa multidisciplinar que, entre outras competências, prevê a elaboração do presente relatório.

A metodologia utilizada pela ECA passou pela solicitação aos responsáveis da informação correspondente a cada área de intervenção, análise dos dados fornecidos e verificação aleatória, de evidências de implementação das medidas.

Os quadros que se apresentam no capítulo seguinte, refletem a designação do risco, a medida a implementar para a eliminação do risco, o nível do risco e o nível de execução por área. O quadro correspondente ao anexo II do PGRCIC, por unidade orgânica, constitui um anexo ao presente relatório.

Estão identificadas as seguintes áreas:

- ✓ Contratação pública
- ✓ Concessão de benefícios públicos
- ✓ Urbanismo e edificação
- ✓ Recursos humanos
- ✓ Gestão financeira
- ✓ Jurídico
- ✓ Planeamento urbanístico
- ✓ Turismo
- ✓ Relações públicas
- ✓ Fiscalização municipal

II – Monitorização

A ECA adotou o seguinte método de trabalho: foram criadas tarefas no Sistema de Gestão Documental, remetidas para cada uma das chefias com intervenção nas áreas de risco identificadas, onde se solicitou a indicação do nível do risco, do grau de execução das medidas propostas para os diferentes riscos existentes, bem como da evidência e a data da sua implementação.

A análise do risco assentou em três indicadores:

- "MF" – Muito frequente
- "F" – Frequente
- "PF" – Pouco frequente

O nível de execução das medidas propostas estabeleceu os graus:

- "TE" – Totalmente executada
- "PE" – Parcialmente executada
- "NI" – Não iniciada

Findo o prazo estipulado para a entrega da informação, a ECA reuniu e identificou os serviços que ainda não tinham respondido e/ou os que forneceram informação incompleta. Ultrapassado o novo prazo para completar/enviar a informação em falta, foi realizada nova reunião, na qual a ECA constatou a ausência de resposta da Divisão de Sistemas de Informação e Cartografia e da Divisão de Projetos, Energia e Obras Municipais, e a resposta parcial de alguns serviços.

Na posse da informação remetida pelos serviços, a equipa verificou a necessidade de *in loco* evidenciar, de forma aleatória, a implementação de determinadas medidas na Divisão de Ambiente, Desporto e Equipamentos Desportivos, Divisão de Assuntos Sociais e Divisão de Cultura, Património e Museus, porém, nesta última não foi possível a realização de reunião.

Destacamos como mais-valia a realização destas reuniões na medida em que as mesmas permitiram, não só, o envolvimento e sensibilização dos vários intervenientes nos processos, mas também pela clarificação da informação prestada pelo responsável.

Cumpre-nos, pelo inverso, frisar que a ausência de resposta e/ou o não envolvimento dos serviços, poderá ter comprometido a validade dos dados e conclusões obtidas.

Seguem-se os quadros de monitorização:

ÁREAS/SERVIÇOS	RISCOS IDENTIFICADOS	MEDIDAS PROPOSTAS	NÍVEL DOS RISCOS			NÍVEL DE EXECUÇÃO		
			Muito frequente	Frequente	Pouco frequente	Totalmente executada	Parcialmente executada	Não iniciada
CONTRATAÇÃO PÚBLICA - DA			**MF**	**F**	**PF**	**T**	**P**	**NI**
Planeamento da contratação	Ausência de rotatividade dos responsáveis pela prática de atos determinantes no processo de contratação, controlo dos fornecimentos e armazenamento dos bens	Promoção da rotatividade dos trabalhadores			X	X		
	Inexistência, ou existência deficiente, de um sistema estruturado de avaliação das necessidades	Implementação de sistema estruturado de avaliação das necessidades			X	X		
	Tratamento deficiente das estimativas de custos	Montagem de base de dados com informação relevante sobre aquisições anteriores			X	X		
	Planeamento deficiente dos procedimentos, obtando a que sejam assegurados prazos razoáveis	Aprovação de instruções/procedimentos escritos que regulem os procedimentos de planeamento, com todas as fases do concurso e seus possíveis incidentes			X			X
	Excessivo recurso a procedimento pela via do Ajuste Direto em Regime Simplificado	Independentemente do valor, será de adotar a consulta a pelo menos 3 entidades. Caso não se proceda nestes termos deverá a escolha do procedimento ser devidamente fundamentada			X	X		

ÁREAS/SERVIÇOS	RISCOS IDENTIFICADOS	MEDIDAS PROPOSTAS	NÍVEL DOS RISCOS			NÍVEL DE EXECUÇÃO		
			Muito frequente	Frequente	Pouco frequente	Totalmente executada	Parcialmente executada	Não iniciada
CONTRATAÇÃO PÚBLICA - DA			**MF**	**F**	**PF**	**T**	**P**	**NI**
Procedimentos Pré-contratuais	Seleção e contratação de especialistas externos por ajuste direto	Assunção de procedimento do concurso público como procedimento regra para a contratação de especialistas externos						
	Erros de avaliação técnica; peças do procedimento deficientemente elaboradas	Normas procedimentais internas e observância dos manuais de procedimentos em vigor			X	X		
	Discricionariedade; Favorecimento; tráfico de influências; Conluio	Normas procedimentais internas e nomeação júris diferenciados			X	X		
	Inexistência de informação relativa a eventuais incompatibilidades/interesses dos elementos intervenientes nos júris dos procedimentos	Prestação por cada um dos elementos do júri de declaração sob compromisso de honra relativa à não verificação de impedimentos/interesses, após o conhecimento das entidades concorrentes			X			X
	Inexistência ou existência deficiente de um sistema de controlo interno, destinado a verificar e a certificar os procedimentos pré-contratuais	Implementação de um sistema de controlo interno que garanta a conformidade legal de todo o procedimento			X	X		
	Não fixação, no caderno de encargos, das especificações técnicas, tendo em conta a natureza das prestações objeto do contrato a celebrar	Que as especificações técnicas fixadas no caderno de encargos se adequam à natureza das prestações objeto do contrato a celebrar			X	X		
	Incompletude das cláusulas técnicas fixadas no caderno de encargos, com especificação, nomeadamente, de marcas ou denominações comerciais	Implementação de um sistema de controlo interno que garanta que as cláusulas técnicas fixadas no caderno de encargos são claras, completas e não discriminatórias			X	X		

ÁREAS/SERVIÇOS	RISCOS IDENTIFICADOS	MEDIDAS PROPOSTAS	NÍVEL DOS RISCOS			NÍVEL DE EXECUÇÃO		
			Muito frequente	Frequente	Pouco frequente	Totalmente executada	Parcialmente executada	Não iniciada
CONTRATAÇÃO PÚBLICA - DA			**MF**	**F**	**PF**	**T**	**P**	**NI**
Procedimentos Pré-contratuais	Carácter subjetivo dos critérios de avaliação das propostas, com inserção de dados não quantificáveis nem comparáveis	Implementação de um sistema de controlo interno que garanta que o modelo de avaliação de proposta tem um carater objetivo e baseia-se em dados quantificáveis e comparáveis e que os critérios de adjudicação dos fatores e eventuais subfactores de avaliação das propostas, veem enunciados de uma forma clara e suficientemente pormenorizada no respetivo programa do procedimento ou no convite			X	X		
	Enunciação deficiente e insuficiente dos critérios de adjudicação e dos fatores e eventuais subfactores de avaliação das propostas, quando exigíveis	Implementação de um sistema de controlo interno que garanta que a escolha dos critérios, dos fatores e eventuais subfactores de avaliação das propostas, assim como a sua ponderação relativa se adequam à natureza e aos objetivos específicos de cada aquisição em concreto			X	X		
	Fundamentação insuficiente do recurso ao ajuste direto, quando baseado em critérios materiais.	No caso em que se adote o ajuste direto com base em critérios materiais, os mesmos deverão ser rigorosamente justificados baseando-se em dados objetivos						

ÁREAS/SERVIÇOS	RISCOS IDENTIFICADOS	MEDIDAS PROPOSTAS	NÍVEL DOS RISCOS			NÍVEL DE EXECUÇÃO		
			Muito frequente	Frequente	Pouco frequente	Totalmente executada	Parcialmente executada	Não iniciada
CONTRATAÇÃO PÚBLICA - DA			**MF**	**F**	**PF**	**T**	**P**	**NI**
Celebração e Execução de Contratos	Existência de ambiguidades, lacunas e omissões no clausulado	Implementação de um sistema de controlo interno que garanta que o seu clausulado é claro e rigoroso, não existindo erros, ambiguidades, lacunas ou omissões que possam implicar, designadamente, o agravamento dos custos contratuais ou o adiamento dos prazos de execução			X			X
	Fundamentação insuficiente ou incorrecta para a "natureza imprevista" dos trabalhos	Nas empreitadas, no caso da existência de "trabalhos a mais" haverá que verificar: - os pressupostos legalmente previstos para a existência de trabalhos, designadamente os de "natureza imprevista"; - que esses trabalhos não podem ser técnica ou economicamente separáveis do objeto do contrato sem inconveniente grave para o dono da obra ou, embora separáveis, sejam estritamente necessários à conclusão da obra; - a garantia de que a execução desses trabalhos não excede os limites quantitativos estabelecidos na lei						

ÁREAS/SERVIÇOS	RISCOS IDENTIFICADOS	MEDIDAS PROPOSTAS	NÍVEL DOS RISCOS			NÍVEL DE EXECUÇÃO		
			Muito frequente	Frequente	Pouco frequente	Totalmente executada	Parcialmente executada	Não iniciada
CONTRATAÇÃO PÚBLICA - DA			**MF**	**F**	**PF**	**T**	**P**	**NI**
Celebração e Execução de Contratos	Fundamentação insuficiente ou incorreta para a circunstância desses trabalhos não poderem ser técnica ou economicamente separáveis do objeto do contrato sem inconveniente grave para o dono da obra ou, embora separáveis, sejam estritamente necessários à conclusão da obra	Implementação de normas internas que garantam a boa e atempada execução dos contratos por parte dos fornecedores/prestadores de serviços/empreiteiros, mediante a fiscalização regular do desempenho do contratante, de acordo com os níveis de quantidade e/ou qualidade estabelecidos nos contratos e documentos anexos						
	Verificação deficiente da boa e atempada execução dos contratos por parte dos fornecedores/prestadores	Implementação de normas internas que garantam a boa e atempada execução dos contratos por parte dos fornecedores/prestadores de serviços/empreiteiros, mediante a fiscalização regular do desempenho do contratante, de acordo com os níveis de quantidade e/ou qualidade estabelecidos nos contratos e documentos anexos			X	X		
	Acompanhamento deficiente e avaliação regulares do desempenho do contratante, de acordo com os níveis de quantidade ou qualidade estabelecidos no contrato				X	X		
	Inexistência de um controlo rigoroso dos custos do contrato tendo por pressuposto os valores orçamentados	Implementação de normas internas que garantam um controlo rigoroso dos custos do contrato, garantindo a sua concordância com os valores orçamentados			X	X		
	Inexistência ou programação deficiente da calendarização dos trabalhos	Implementação de normas internas que garantam uma calendarização sistemática			X	X		

ÁREAS/SERVIÇOS	RISCOS IDENTIFICADOS	MEDIDAS PROPOSTAS	NÍVEL DOS RISCOS			NÍVEL DE EXECUÇÃO		
			Muito frequente	Frequente	Pouco frequente	Totalmente executada	Parcialmente executada	Não iniciada
CONTRATAÇÃO PÚBLICA - DA			**MF**	**F**	**PF**	**T**	**P**	**NI**
Celebração e Execução de Contratos	Inexistência de advertências logo que são detetadas situações irregulares ou derrapagens nos custos e nos prazos	Implementação de normas internas que garantam a boa e atempada execução dos contratos por parte dos fornecedores/prestadores de serviços/empreiteiros, mediante o envio de advertências, em devido tempo, ao fornecedor/prestador de serviço/empreiteiro logo que se detetem situações irregulares e/ou derrapagem de custos e de prazos contratuais			X	X		
	Inexistência de inspeção ou de ato que certifique as quantidades e a qualidade dos bens e serviços, antes da emissão da ordem de pagamento	Implementação de atos prévios de inspeção e certificação da quantidade e da qualidade dos bens e serviços adquiridos, relativamente à emissão da ordem de pagamento			X	X		
	Inspeção e/ou avaliação da quantidade e da qualidade dos bens e serviços adquiridos efetuada somente por um trabalhador	Implementação de normas internas que garantam pelo menos dois trabalhadores na inspeção/avaliação da quantidade e da qualidade dos bens e serviços adquiridos			X			X

ÁREAS/SERVIÇOS	RISCOS IDENTIFICADOS	MEDIDAS PROPOSTAS	NÍVEL DOS RISCOS			NÍVEL DE EXECUÇÃO		
			Muito frequente	Frequente	Pouco frequente	Totalmente executada	Parcialmente executada	Não iniciada
CONTRATAÇÃO PÚBLICA - DA			**MF**	**F**	**PF**	**T**	**P**	**NI**
Outras Questões	Existência de conflitos de interesses que ponham em causa a transparência dos procedimentos	Segregação de funções			X	X		
	Existência de situações de conluio entre os concorrentes e de eventual corrupção dos trabalhadores	Obtenção de declarações de interesses privados dos trabalhadores			X			X
	Não existência de uma avaliação "à posteriori" do nível de qualidade e do preço dos bens e serviços adquiridos e das empreitadas realizadas aos diversos fornecedores/prestadores de serviços/empreiteiros	Avaliação "à posteriori" do nível de qualidade e do preço dos bens e serviços adquiridos e das empreitadas realizadas aos diversos fornecedores/prestadores de serviços/empreiteiros			X	X		
	Não existência de procedimentos de análise da informação recolhida para identificar eventuais lacunas ou vulnerabilidades	Implementação de procedimentos de análise da informação recolhida para identificar eventuais lacunas ou vulnerabilidades			X			X

ÁREAS/SERVIÇOS	RISCOS IDENTIFICADOS	MEDIDAS PROPOSTAS	NÍVEL DOS RISCOS			NÍVEL DE EXECUÇÃO		
			Muito frequente	Frequente	Pouco frequente	Totalmente executada	Parcialmente executada	Não iniciada
CONTRATAÇÃO PÚBLICA - DAS			**MF**	**F**	**PF**	**T**	**P**	**NI**
Planeamento da contratação	Ausência de rotatividade dos responsáveis pela prática de atos determinantes no processo de contratação, controlo dos fornecimentos e armazenamento dos bens	Promoção da rotatividade dos trabalhadores			X	X		
	Inexistência, ou existência deficiente, de um sistema estruturado de avaliação das necessidades	Implementação de sistema estruturado de avaliação das necessidades			X	X		
	Tratamento deficiente das estimativas de custos	Montagem de base de dados com informação relevante sobre aquisições anteriores			X	X		
	Planeamento deficiente dos procedimentos, obtando a que sejam assegurados prazos razoáveis	Aprovação de instruções/procedimentos escritos que regulem os procedimentos de planeamento, com todas as fases do concurso e seus possíveis incidentes			X			X
	Excessivo recurso a procedimento pela via do Ajuste Direto em Regime Simplificado	Independentemente do valor, será de adotar a consulta a pelo menos 3 entidades. Caso não se proceda nestes termos deverá a escolha do procedimento ser devidamente fundamentada			X	X		

ÁREAS/SERVIÇOS	RISCOS IDENTIFICADOS	MEDIDAS PROPOSTAS	NÍVEL DOS RISCOS			NÍVEL DE EXECUÇÃO		
			Muito frequente	Frequente	Pouco frequente	Totalmente executada	Parcialmente executada	Não iniciada
CONTRATAÇÃO PÚBLICA - DAS			**MF**	**F**	**PF**	**T**	**P**	**NI**
Procedimentos Pré-contratuais	Seleção e contratação de especialistas externos por ajuste direto	Assunção de procedimento do concurso público como procedimento regra para a contratação de especialistas externos						
	Erros de avaliação técnica; peças do procedimento deficientemente elaboradas	Normas procedimentais internas e observância dos manuais de procedimentos em vigor			X	X		
	Discricionariedade; Favorecimento; tráfico de influências; Conluio	Normas procedimentais internas e nomeação júris diferenciados			X	X		
	Inexistência de informação relativa a eventuais incompatibilidades/interesses dos elementos intervenientes nos júris dos procedimentos	Prestação por cada um dos elementos do júri de declaração sob compromisso de honra relativa à não verificação de impedimentos/interesses, após o conhecimento das entidades concorrentes			X			X
	Inexistência ou existência deficiente de um sistema de controlo interno, destinado a verificar e a certificar os procedimentos pré-contratuais	Implementação de um sistema de controlo interno que garanta a conformidade legal de todo o procedimento			X	X		
	Não fixação, no caderno de encargos, das especificações técnicas, tendo em conta a natureza das prestações objeto do contrato a celebrar	Que as especificações técnicas fixadas no caderno de encargos se adequam à natureza das prestações objeto do contrato a celebrar			X	X		
	Incompletude das cláusulas técnicas fixadas no caderno de encargos, com especificação, nomeadamente, de marcas ou denominações comerciais	Implementação de um sistema de controlo interno que garanta que as cláusulas técnicas fixadas no caderno de encargos são claras, completas e não discriminatórias			X	X		

ÁREAS/SERVIÇOS	RISCOS IDENTIFICADOS	MEDIDAS PROPOSTAS	NÍVEL DOS RISCOS			NÍVEL DE EXECUÇÃO		
			Muito frequente	Frequente	Pouco frequente	Totalmente executada	Parcialmente executada	Não iniciada
CONTRATAÇÃO PÚBLICA - DAS			**MF**	**F**	**PF**	**T**	**P**	**NI**
Procedimentos Pré-contratuais	Carácter subjetivo dos critérios de avaliação das propostas, com inserção de dados não quantificáveis nem comparáveis	Implementação de um sistema de controlo interno que garanta que o modelo de avaliação de proposta tem um carater objetivo e baseia-se em dados quantificáveis e comparáveis e que os critérios de adjudicação dos fatores e eventuais subfactores de avaliação das propostas, veem enunciados de uma forma clara e suficientemente pormenorizada no respetivo programa do procedimento ou no convite			X	X		
	Enunciação deficiente e insuficiente dos critérios de adjudicação e dos fatores e eventuais subfactores de avaliação das propostas, quando exigíveis	Implementação de um sistema de controlo interno que garanta que a escolha dos critérios, dos fatores e eventuais subfactores de avaliação das propostas, assim como a sua ponderação relativa se adequam à natureza e aos objetivos específicos de cada aquisição em concreto			X	X		
	Fundamentação insuficiente do recurso ao ajuste direto, quando baseado em critérios materiais.	No caso em que se adote o ajuste direto com base em critérios materiais, os mesmos deverão ser rigorosamente justificados baseando-se em dados objetivos						

ÁREAS/SERVIÇOS	RISCOS IDENTIFICADOS	MEDIDAS PROPOSTAS	NÍVEL DOS RISCOS			NÍVEL DE EXECUÇÃO		
			Muito frequente	Frequente	Pouco frequente	Totalmente executada	Parcialmente executada	Não iniciada
CONTRATAÇÃO PÚBLICA - DAS			**MF**	**F**	**PF**	**T**	**P**	**NI**
Celebração e Execução de Contratos	Existência de ambiguidades, lacunas e omissões no clausulado	Implementação de um sistema de controlo interno que garanta que o seu clausulado é claro e rigoroso, não existindo erros, ambiguidades, lacunas ou omissões que possam implicar, designadamente, o agravamento dos custos contratuais ou o adiamento dos prazos de execução			X			X
	Fundamentação insuficiente ou incorrecta para a "natureza imprevista" dos trabalhos	Nas empreitadas, no caso da existência de "trabalhos a mais" haverá que verificar: - os pressupostos legalmente previstos para a existência de trabalhos, designadamente os de "natureza imprevista"; - que esses trabalhos não podem ser técnica ou economicamente separáveis do objeto do contrato sem inconveniente grave para o dono da obra ou, embora separáveis, sejam estritamente necessários à conclusão da obra; - a garantia de que a execução desses trabalhos não excede os limites quantitativos estabelecidos na lei						

ÁREAS/SERVIÇOS	RISCOS IDENTIFICADOS	MEDIDAS PROPOSTAS	NÍVEL DOS RISCOS			NÍVEL DE EXECUÇÃO		
			Muito frequente	Frequente	Pouco frequente	Totalmente executada	Parcialmente executada	Não iniciada
CONTRATAÇÃO PÚBLICA - DAS			**MF**	**F**	**PF**	**T**	**P**	**NI**
Celebração e Execução de Contratos	Fundamentação insuficiente ou incorreta para a circunstância desses trabalhos não poderem ser técnica ou economicamente separáveis do objeto do contrato sem inconveniente grave para o dono da obra ou, embora separáveis, sejam estritamente necessários à conclusão da obra	Implementação de normas internas que garantam a boa e atempada execução dos contratos por parte dos fornecedores/prestadores de serviços/empreiteiros, mediante a fiscalização regular do desempenho do contratante, de acordo com os níveis de quantidade e/ou qualidade estabelecidos nos contratos e documentos anexos						
	Verificação deficiente da boa e atempada execução dos contratos por parte dos fornecedores/prestadores	Implementação de normas internas que garantam a boa e atempada execução dos contratos por parte dos fornecedores/prestadores de serviços/empreiteiros, mediante a fiscalização regular do desempenho do contratante, de acordo com os níveis de quantidade e/ou qualidade estabelecidos nos contratos e documentos anexos			X	X		
	Acompanhamento deficiente e avaliação regulares do desempenho do contratante, de acordo com os níveis de quantidade ou qualidade estabelecidos no contrato				X	X		
	Inexistência de um controlo rigoroso dos custos do contrato tendo por pressuposto os valores orçamentados	Implementação de normas internas que garantam um controlo rigoroso dos custos do contrato, garantindo a sua concordância com os valores orçamentados			X	X		
	Inexistência ou programação deficiente da calendarização dos trabalhos	Implementação de normas internas que garantam uma calendarização sistemática			X	X		

ÁREAS/SERVIÇOS	RISCOS IDENTIFICADOS	MEDIDAS PROPOSTAS	NÍVEL DOS RISCOS			NÍVEL DE EXECUÇÃO		
			Muito frequente	Frequente	Pouco frequente	Totalmente executada	Parcialmente executada	Não iniciada
CONTRATAÇÃO PÚBLICA - DAS			**MF**	**F**	**PF**	**T**	**P**	**NI**
Celebração e Execução de Contratos	Inexistência de advertências logo que são detetadas situações irregulares ou derrapagens nos custos e nos prazos	Implementação de normas internas que garantam a boa e atempada execução dos contratos por parte dos fornecedores/prestadores de serviços/empreiteiros, mediante o envio de advertências, em devido tempo, ao fornecedor/prestador de serviço/empreiteiro logo que se detetem situações irregulares e/ou derrapagem de custos e de prazos contratuais			X	X		
	Inexistência de inspeção ou de ato que certifique as quantidades e a qualidade dos bens e serviços, antes da emissão da ordem de pagamento	Implementação de atos prévios de inspeção e certificação da quantidade e da qualidade dos bens e serviços adquiridos, relativamente à emissão da ordem de pagamento			X	X		
	Inspeção e/ou avaliação da quantidade e da qualidade dos bens e serviços adquiridos efetuada somente por um trabalhador	Implementação de normas internas que garantam pelo menos dois trabalhadores na inspeção/avaliação da quantidade e da qualidade dos bens e serviços adquiridos			X			X

ÁREAS/SERVIÇOS	RISCOS IDENTIFICADOS	MEDIDAS PROPOSTAS	NÍVEL DOS RISCOS			NÍVEL DE EXECUÇÃO		
			Muito frequente	Frequente	Pouco frequente	Totalmente executada	Parcialmente executada	Não iniciada
CONTRATAÇÃO PÚBLICA - DAS			**MF**	**F**	**PF**	**T**	**P**	**NI**
Outras Questões	Existência de conflitos de interesses que ponham em causa a transparência dos procedimentos	Segregação de funções			X	X		
	Existência de situações de conluio entre os concorrentes e de eventual corrupção dos trabalhadores	Obtenção de declarações de interesses privados dos trabalhadores			X			X
	Não existência de uma avaliação "à posteriori" do nível de qualidade e do preço dos bens e serviços adquiridos e das empreitadas realizadas aos diversos fornecedores/prestadores de serviços/empreiteiros	Avaliação "à posteriori" do nível de qualidade e do preço dos bens e serviços adquiridos e das empreitadas realizadas aos diversos fornecedores/prestadores de serviços/empreiteiros			X	X		
	Não existência de procedimentos de análise da informação recolhida para identificar eventuais lacunas ou vulnerabilidades	Implementação de procedimentos de análise da informação recolhida para identificar eventuais lacunas ou vulnerabilidades			X			X

ÁREAS/SERVIÇOS	RISCOS IDENTIFICADOS	MEDIDAS PROPOSTAS	NÍVEL DOS RISCOS			NÍVEL DE EXECUÇÃO		
			Muito frequente	Frequente	Pouco frequente	Totalmente executada	Parcialmente executada	Não iniciada
CONTRATAÇÃO PÚBLICA - DATE			**MF**	**F**	**PF**	**T**	**P**	**NI**
Planeamento da contratação	Ausência de rotatividade dos responsáveis pela prática de atos determinantes no processo de contratação, controlo dos fornecimentos e armazenamento dos bens	Promoção da rotatividade dos trabalhadores			X			X
	Inexistência, ou existência deficiente, de um sistema estruturado de avaliação das necessidades	Implementação de sistema estruturado de avaliação das necessidades			X		X	
	Tratamento deficiente das estimativas de custos	Montagem de base de dados com informação relevante sobre aquisições anteriores			X		X	
	Planeamento deficiente dos procedimentos, obtando a que sejam assegurados prazos razoáveis	Aprovação de instruções/procedimentos escritos que regulem os procedimentos de planeamento, com todas as fases do concurso e seus possíveis incidentes			X	X		
	Excessivo recurso a procedimento pela via do Ajuste Direto em Regime Simplificado	Independentemente do valor, será de adotar a consulta a pelo menos 3 entidades. Caso não se proceda nestes termos deverá a escolha do procedimento ser devidamente fundamentada		X			X	

ÁREAS/SERVIÇOS	RISCOS IDENTIFICADOS	MEDIDAS PROPOSTAS	NÍVEL DOS RISCOS			NÍVEL DE EXECUÇÃO		
			Muito frequente	Frequente	Pouco frequente	Totalmente executada	Parcialmente executada	Não iniciada
CONTRATAÇÃO PÚBLICA - DATE			**MF**	**F**	**PF**	**T**	**P**	**NI**
Procedimentos Pré-contratuais	Seleção e contratação de especialistas externos por ajuste direto	Assunção de procedimento do concurso público como procedimento regra para a contratação de especialistas externos						
	Erros de avaliação técnica; peças do procedimento deficientemente elaboradas	Normas procedimentais internas e observância dos manuais de procedimentos em vigor			X		X	
	Discricionariedade; Favorecimento; tráfico de influências; Conluio	Normas procedimentais internas e nomeação júris diferenciados			X		X	
	Inexistência de informação relativa a eventuais incompatibilidades/interesses dos elementos intervenientes nos júris dos procedimentos	Prestação por cada um dos elementos do júri de declaração sob compromisso de honra relativa à não verificação de impedimentos/interesses, após o conhecimento das entidades concorrentes			X			X
	Inexistência ou existência deficiente de um sistema de controlo interno, destinado a verificar e a certificar os procedimentos pré-contratuais	Implementação de um sistema de controlo interno que garanta a conformidade legal de todo o procedimento			X			X
	Não fixação, no caderno de encargos, das especificações técnicas, tendo em conta a natureza das prestações objeto do contrato a celebrar	Que as especificações técnicas fixadas no caderno de encargos se adequam à natureza das prestações objeto do contrato a celebrar			X	X		
	Incompletude das cláusulas técnicas fixadas no caderno de encargos, com especificação, nomeadamente, de marcas ou denominações comerciais	Implementação de um sistema de controlo interno que garanta que as cláusulas técnicas fixadas no caderno de encargos são claras, completas e não discriminatórias			X			X

ÁREAS/SERVIÇOS	RISCOS IDENTIFICADOS	MEDIDAS PROPOSTAS	NÍVEL DOS RISCOS			NÍVEL DE EXECUÇÃO		
			Muito frequente	Frequente	Pouco frequente	Totalmente executada	Parcialmente executada	Não iniciada
CONTRATAÇÃO PÚBLICA - DATE			**MF**	**F**	**PF**	**T**	**P**	**NI**
Procedimentos Pré-contratuais	Carácter subjetivo dos critérios de avaliação das propostas, com inserção de dados não quantificáveis nem comparáveis	Implementação de um sistema de controlo interno que garanta que o modelo de avaliação de proposta tem um carater objetivo e baseia-se em dados quantificáveis e comparáveis e que os critérios de adjudicação dos fatores e eventuais subfactores de avaliação das propostas, veem enunciados de uma forma clara e suficientemente pormenorizada no respetivo programa do procedimento ou no convite			X			X
	Enunciação deficiente e insuficiente dos critérios de adjudicação e dos fatores e eventuais subfactores de avaliação das propostas, quando exigíveis	Implementação de um sistema de controlo interno que garanta que a escolha dos critérios, dos fatores e eventuais subfactores de avaliação das propostas, assim como a sua ponderação relativa se adequam à natureza e aos objetivos específicos de cada aquisição em concreto			X		X	
	Fundamentação insuficiente do recurso ao ajuste direto, quando baseado em critérios materiais.	No caso em que se adote o ajuste direto com base em critérios materiais, os mesmos deverão ser rigorosamente justificados baseando-se em dados objetivos						

ÁREAS/SERVIÇOS	RISCOS IDENTIFICADOS	MEDIDAS PROPOSTAS	NÍVEL DOS RISCOS			NÍVEL DE EXECUÇÃO		
			Muito frequente	Frequente	Pouco frequente	Totalmente executada	Parcialmente executada	Não iniciada
CONTRATAÇÃO PÚBLICA - DATE			**MF**	**F**	**PF**	**T**	**P**	**NI**
Celebração e Execução de Contratos	Existência de ambiguidades, lacunas e omissões no clausulado	Implementação de um sistema de controlo interno que garanta que o seu clausulado é claro e rigoroso, não existindo erros, ambiguidades, lacunas ou omissões que possam implicar, designadamente, o agravamento dos custos contratuais ou o adiamento dos prazos de execução			X			X
	Fundamentação insuficiente ou incorrecta para a "natureza imprevista" dos trabalhos	Nas empreitadas, no caso da existência de "trabalhos a mais" haverá que verificar: - os pressupostos legalmente previstos para a existência de trabalhos, designadamente os de "natureza imprevista"; - que esses trabalhos não podem ser técnica ou economicamente separáveis do objeto do contrato sem inconveniente grave para o dono da obra ou, embora separáveis, sejam estritamente necessários à conclusão da obra; - a garantia de que a execução desses trabalhos não excede os limites quantitativos estabelecidos na lei						

ÁREAS/SERVIÇOS	RISCOS IDENTIFICADOS	MEDIDAS PROPOSTAS	NÍVEL DOS RISCOS			NÍVEL DE EXECUÇÃO		
			Muito frequente	Frequente	Pouco frequente	Totalmente executada	Parcialmente executada	Não iniciada
CONTRATAÇÃO PÚBLICA - DATE			**MF**	**F**	**PF**	**T**	**P**	**NI**
Celebração e Execução de Contratos	Fundamentação insuficiente ou incorreta para a circunstância desses trabalhos não poderem ser técnica ou economicamente separáveis do objeto do contrato sem inconveniente grave para o dono da obra ou, embora separáveis, sejam estritamente necessários à conclusão da obra	Implementação de normas internas que garantam a boa e atempada execução dos contratos por parte dos fornecedores/prestadores de serviços/empreiteiros, mediante a fiscalização regular do desempenho do contratante, de acordo com os níveis de quantidade e/ou qualidade estabelecidos nos contratos e documentos anexos						
	Verificação deficiente da boa e atempada execução dos contratos por parte dos fornecedores/prestadores	Implementação de normas internas que garantam a boa e atempada execução dos contratos por parte dos fornecedores/prestadores de serviços/empreiteiros, mediante a fiscalização regular do desempenho do contratante, de acordo com os níveis de quantidade e/ou qualidade estabelecidos nos contratos e documentos anexos			X		X	
	Acompanhamento deficiente e avaliação regulares do desempenho do contratante, de acordo com os níveis de quantidade ou qualidade estabelecidos no contrato				X		X	
	Inexistência de um controlo rigoroso dos custos do contrato tendo por pressuposto os valores orçamentados	Implementação de normas internas que garantam um controlo rigoroso dos custos do contrato, garantindo a sua concordância com os valores orçamentados			X		X	
	Inexistência ou programação deficiente da calendarização dos trabalhos	Implementação de normas internas que garantam uma calendarização sistemática			X		X	

ÁREAS/SERVIÇOS	RISCOS IDENTIFICADOS	MEDIDAS PROPOSTAS	NÍVEL DOS RISCOS			NÍVEL DE EXECUÇÃO		
			Muito frequente	Frequente	Pouco frequente	Totalmente executada	Parcialmente executada	Não iniciada
CONTRATAÇÃO PÚBLICA - DATE			**MF**	**F**	**PF**	**T**	**P**	**NI**
Celebração e Execução de Contratos	Inexistência de advertências logo que são detetadas situações irregulares ou derrapagens nos custos e nos prazos	Implementação de normas internas que garantam a boa e atempada execução dos contratos por parte dos fornecedores/prestadores de serviços/empreiteiros, mediante o envio de advertências, em devido tempo, ao fornecedor/prestador de serviço/empreiteiro logo que se detetem situações irregulares e/ou derrapagem de custos e de prazos contratuais			X		X	
	Inexistência de inspeção ou de ato que certifique as quantidades e a qualidade dos bens e serviços, antes da emissão da ordem de pagamento	Implementação de atos prévios de inspeção e certificação da quantidade e da qualidade dos bens e serviços adquiridos, relativamente à emissão da ordem de pagamento			X		X	
	Inspeção e/ou avaliação da quantidade e da qualidade dos bens e serviços adquiridos efetuada somente por um trabalhador	Implementação de normas internas que garantam pelo menos dois trabalhadores na inspeção/avaliação da quantidade e da qualidade dos bens e serviços adquiridos			X		X	

ÁREAS/SERVIÇOS	RISCOS IDENTIFICADOS	MEDIDAS PROPOSTAS	NÍVEL DOS RISCOS			NÍVEL DE EXECUÇÃO		
			Muito frequente	Frequente	Pouco frequente	Totalmente executada	Parcialmente executada	Não iniciada
CONTRATAÇÃO PÚBLICA - DATE			**MF**	**F**	**PF**	**T**	**P**	**NI**
Outras Questões	Existência de conflitos de interesses que ponham em causa a transparência dos procedimentos	Segregação de funções			X		X	
	Existência de situações de conluio entre os concorrentes e de eventual corrupção dos trabalhadores	Obtenção de declarações de interesses privados dos trabalhadores			X		X	
	Não existência de uma avaliação "à posteriori" do nível de qualidade e do preço dos bens e serviços adquiridos e das empreitadas realizadas aos diversos fornecedores/prestadores de serviços/empreiteiros	Avaliação "à posteriori" do nível de qualidade e do preço dos bens e serviços adquiridos e das empreitadas realizadas aos diversos fornecedores/prestadores de serviços/empreiteiros			X		X	
	Não existência de procedimentos de análise da informação recolhida para identificar eventuais lacunas ou vulnerabilidades	Implementação de procedimentos de análise da informação recolhida para identificar eventuais lacunas ou vulnerabilidades			X		X	

ÁREAS/SERVIÇOS	RISCOS IDENTIFICADOS	MEDIDAS PROPOSTAS	NÍVEL DOS RISCOS			NÍVEL DE EXECUÇÃO		
			Muito frequente	Frequente	Pouco frequente	Totalmente executada	Parcialmente executada	Não iniciada
CONTRATAÇÃO PÚBLICA - DPTRPF			**MF**	**F**	**PF**	**T**	**P**	**NI**
Planeamento da contratação	Ausência de rotatividade dos responsáveis pela prática de atos determinantes no processo de contratação, controlo dos fornecimentos e armazenamento dos bens	Promoção da rotatividade dos trabalhadores			X		X	
	Inexistência, ou existência deficiente, de um sistema estruturado de avaliação das necessidades	Implementação de sistema estruturado de avaliação das necessidades			X			X
	Tratamento deficiente das estimativas de custos	Montagem de base de dados com informação relevante sobre aquisições anteriores			X		X	
	Planeamento deficiente dos procedimentos, obtando a que sejam assegurados prazos razoáveis	Aprovação de instruções/procedimentos escritos que regulem os procedimentos de planeamento, com todas as fases do concurso e seus possíveis incidentes			X			X
	Excessivo recurso a procedimento pela via do Ajuste Direto em Regime Simplificado	Independentemente do valor, será de adotar a consulta a pelo menos 3 entidades. Caso não se proceda nestes termos deverá a escolha do procedimento ser devidamente fundamentada		X			X	

ÁREAS/SERVIÇOS	RISCOS IDENTIFICADOS	MEDIDAS PROPOSTAS	NÍVEL DOS RISCOS			NÍVEL DE EXECUÇÃO		
			Muito frequente	Frequente	Pouco frequente	Totalmente executada	Parcialmente executada	Não iniciada
CONTRATAÇÃO PÚBLICA - DPTRPF			**MF**	**F**	**PF**	**T**	**P**	**NI**
Procedimentos Pré-contratuais	Seleção e contratação de especialistas externos por ajuste direto	Assunção de procedimento do concurso público como procedimento regra para a contratação de especialistas externos		X			X	
	Erros de avaliação técnica; peças do procedimento deficientemente elaboradas	Normas procedimentais internas e observância dos manuais de procedimentos em vigor			X			X
	Discricionariedade; Favorecimento; tráfico de influências; Conluio	Normas procedimentais internas e nomeação júris diferenciados			X			X
	Inexistência de informação relativa a eventuais incompatibilidades/interesses dos elementos intervenientes nos júris dos procedimentos	Prestação por cada um dos elementos do júri de declaração sob compromisso de honra relativa à não verificação de impedimentos/interesses, após o conhecimento das entidades concorrentes			X			X
	Inexistência ou existência deficiente de um sistema de controlo interno, destinado a verificar e a certificar os procedimentos pré-contratuais	Implementação de um sistema de controlo interno que garanta a conformidade legal de todo o procedimento			X			X
	Não fixação, no caderno de encargos, das especificações técnicas, tendo em conta a natureza das prestações objeto do contrato a celebrar	Que as especificações técnicas fixadas no caderno de encargos se adequam à natureza das prestações objeto do contrato a celebrar			X	X		
	Incompletude das cláusulas técnicas fixadas no caderno de encargos, com especificação, nomeadamente, de marcas ou denominações comerciais	Implementação de um sistema de controlo interno que garanta que as cláusulas técnicas fixadas no caderno de encargos são claras, completas e não discriminatórias			X			X

ÁREAS/SERVIÇOS	RISCOS IDENTIFICADOS	MEDIDAS PROPOSTAS	NÍVEL DOS RISCOS			NÍVEL DE EXECUÇÃO		
			Muito frequente	Frequente	Pouco frequente	Totalmente executada	Parcialmente executada	Não iniciada
CONTRATAÇÃO PÚBLICA - DPTRPF			**MF**	**F**	**PF**	**T**	**P**	**NI**
Procedimentos Pré-contratuais	Carácter subjetivo dos critérios de avaliação das propostas, com inserção de dados não quantificáveis nem comparáveis	Implementação de um sistema de controlo interno que garanta que o modelo de avaliação de proposta tem um carater objetivo e baseia-se em dados quantificáveis e comparáveis e que os critérios de adjudicação dos fatores e eventuais subfactores de avaliação das propostas, veem enunciados de uma forma clara e suficientemente pormenorizada no respetivo programa do procedimento ou no convite			X			X
	Enunciação deficiente e insuficiente dos critérios de adjudicação e dos fatores e eventuais subfactores de avaliação das propostas, quando exigíveis	Implementação de um sistema de controlo interno que garanta que a escolha dos critérios, dos fatores e eventuais subfactores de avaliação das propostas, assim como a sua ponderação relativa se adequam à natureza e aos objetivos específicos de cada aquisição em concreto			X			X
	Fundamentação insuficiente do recurso ao ajuste direto, quando baseado em critérios materiais.	No caso em que se adote o ajuste direto com base em critérios materiais, os mesmos deverão ser rigorosamente justificados baseando-se em dados objetivos						

ÁREAS/SERVIÇOS	RISCOS IDENTIFICADOS	MEDIDAS PROPOSTAS	NÍVEL DOS RISCOS			NÍVEL DE EXECUÇÃO		
			Muito frequente	Frequente	Pouco frequente	Totalmente executada	Parcialmente executada	Não iniciada
CONTRATAÇÃO PÚBLICA - DPTRPF			**MF**	**F**	**PF**	**T**	**P**	**NI**
Celebração e Execução de Contratos	Existência de ambiguidades, lacunas e omissões no clausulado	Implementação de um sistema de controlo interno que garanta que o seu clausulado é claro e rigoroso, não existindo erros, ambiguidades, lacunas ou omissões que possam implicar, designadamente, o agravamento dos custos contratuais ou o adiamento dos prazos de execução			X			X
	Fundamentação insuficiente ou incorrecta para a "natureza imprevista" dos trabalhos	Nas empreitadas, no caso da existência de "trabalhos a mais" haverá que verificar: - os pressupostos legalmente previstos para a existência de trabalhos, designadamente os de "natureza imprevista"; - que esses trabalhos não podem ser técnica ou economicamente separáveis do objeto do contrato sem inconveniente grave para o dono da obra ou, embora separáveis, sejam estritamente necessários à conclusão da obra; - a garantia de que a execução desses trabalhos não excede os limites quantitativos estabelecidos na lei						

ÁREAS/SERVIÇOS	RISCOS IDENTIFICADOS	MEDIDAS PROPOSTAS	NÍVEL DOS RISCOS			NÍVEL DE EXECUÇÃO		
			Muito frequente	Frequente	Pouco frequente	Totalmente executada	Parcialmente executada	Não iniciada
CONTRATAÇÃO PÚBLICA - DPTRPF			**MF**	**F**	**PF**	**T**	**P**	**NI**
Celebração e Execução de Contratos	Fundamentação insuficiente ou incorreta para a circunstância desses trabalhos não poderem ser técnica ou economicamente separáveis do objeto do contrato sem inconveniente grave para o dono da obra ou, embora separáveis, sejam estritamente necessários à conclusão da obra	Implementação de normas internas que garantam a boa e atempada execução dos contratos por parte dos fornecedores/prestadores de serviços/empreiteiros, mediante a fiscalização regular do desempenho do contratante, de acordo com os níveis de quantidade e/ou qualidade estabelecidos nos contratos e documentos anexos						
	Verificação deficiente da boa e atempada execução dos contratos por parte dos fornecedores/prestadores	Implementação de normas internas que garantam a boa e atempada execução dos contratos por parte dos fornecedores/prestadores de serviços/empreiteiros, mediante a fiscalização regular do desempenho do contratante, de acordo com os níveis de quantidade e/ou qualidade estabelecidos nos contratos e documentos anexos			X		X	
	Acompanhamento deficiente e avaliação regulares do desempenho do contratante, de acordo com os níveis de quantidade ou qualidade estabelecidos no contrato				X			
	Inexistência de um controlo rigoroso dos custos do contrato tendo por pressuposto os valores orçamentados	Implementação de normas internas que garantam um controlo rigoroso dos custos do contrato, garantindo a sua concordância com os valores orçamentados			X			X

ÁREAS/SERVIÇOS	RISCOS IDENTIFICADOS	MEDIDAS PROPOSTAS	NÍVEL DOS RISCOS			NÍVEL DE EXECUÇÃO		
			Muito frequente	Frequente	Pouco frequente	Totalmente executada	Parcialmente executada	Não iniciada
CONTRATAÇÃO PÚBLICA - DPTRPF			**MF**	**F**	**PF**	**T**	**P**	**NI**
Celebração e Execução de Contratos	Inexistência ou programação deficiente da calendarização dos trabalhos	Implementação de normas internas que garantam uma calendarização sistemática			X			X
	Inexistência de advertências logo que são detetadas situações irregulares ou derrapagens nos custos e nos prazos	Implementação de normas internas que garantam a boa e atempada execução dos contratos por parte dos fornecedores/prestadores de serviços/empreiteiros, mediante o envio de advertências, em devido tempo, ao fornecedor/prestador de serviço/empreiteiro logo que se detetem situações irregulares e/ou derrapagem de custos e de prazos contratuais			X			X
	Inexistência de inspeção ou de ato que certifique as quantidades e a qualidade dos bens e serviços, antes da emissão da ordem de pagamento	Implementação de atos prévios de inspeção e certificação da quantidade e da qualidade dos bens e serviços adquiridos, relativamente à emissão da ordem de pagamento			X		X	
	Inspeção e/ou avaliação da quantidade e da qualidade dos bens e serviços adquiridos efetuada somente por um trabalhador	Implementação de normas internas que garantam pelo menos dois trabalhadores na inspeção/avaliação da quantidade e da qualidade dos bens e serviços adquiridos		X				X

ÁREAS/SERVIÇOS	RISCOS IDENTIFICADOS	MEDIDAS PROPOSTAS	NÍVEL DOS RISCOS			NÍVEL DE EXECUÇÃO		
			Muito frequente	Frequente	Pouco frequente	Totalmente executada	Parcialmente executada	Não iniciada
CONTRATAÇÃO PÚBLICA - DPTRPF			**MF**	**F**	**PF**	**T**	**P**	**NI**
Outras Questões	Existência de conflitos de interesses que ponham em causa a transparência dos procedimentos	Segregação de funções			X			X
	Existência de situações de conluio entre os concorrentes e de eventual corrupção dos trabalhadores	Obtenção de declarações de interesses privados dos trabalhadores			X			X
	Não existência de uma avaliação "à posteriori" do nível de qualidade e do preço dos bens e serviços adquiridos e das empreitadas realizadas aos diversos fornecedores/prestadores de serviços/empreiteiros	Avaliação "à posteriori" do nível de qualidade e do preço dos bens e serviços adquiridos e das empreitadas realizadas aos diversos fornecedores/prestadores de serviços/empreiteiros		X			X	
	Não existência de procedimentos de análise da informação recolhida para identificar eventuais lacunas ou vulnerabilidades	Implementação de procedimentos de análise da informação recolhida para identificar eventuais lacunas ou vulnerabilidades			X			X

ÁREAS/SERVIÇOS	RISCOS IDENTIFICADOS	MEDIDAS PROPOSTAS	NÍVEL DOS RISCOS			NÍVEL DE EXECUÇÃO		
			Muito frequente	Frequente	Pouco frequente	Totalmente executada	Parcialmente executada	Não iniciada
CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS PÚBLICOS			**MF**	**F**	**PF**	**T**	**P**	**NI**
Divisão de Assuntos Sociais	Inexistência de instrumento, geral e abstrato, que estabeleça as regras de atribuição de benefícios públicos (subsídios, subvenções, bonificações, ajudas, incentivos, donativos, etc.)	Aprovação de regulamento municipal relativo à concessão de benefícios, que estabeleça os procedimentos e os critérios de atribuição; Criação de plataforma de gestão processual			X	X		
	Atribuição de subsídio por órgão singular	Implementação de metodologia com vista a submeter ao órgão executivo a atribuição de apoios, independentemente da sua natureza, financeira, apoio logístico, entre outros			X		X	
	Inexistência de declarações de interesses privados dos trabalhadores envolvidos nos processos de concessão de benefícios	Exigência de declarações de interesses privados dos trabalhadores			X	X		
	Existência de situações de favoritismo injustificado por um determinado beneficiário	Apreciação de todas as solicitações no mesmo ato decisório			X	X		
	Não verificação, na instrução do processo, de que os beneficiários cumprem as normas legais em vigor relativas à atribuição do benefício	Implementação de sistema de gestão documental de que evidencie que o beneficiário cumpre as normas legais em vigor relativas à atribuição do benefício			X	X		

ÁREAS/SERVIÇOS	RISCOS IDENTIFICADOS	MEDIDAS PROPOSTAS	NÍVEL DOS RISCOS			NÍVEL DE EXECUÇÃO		
			Muito frequente	Frequente	Pouco frequente	Totalmente executada	Parcialmente executada	Não iniciada
CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS PÚBLICOS			**MF**	**F**	**PF**	**T**	**P**	**NI**
Divisão de Assuntos Sociais	Existência de impedimentos, com a participação de eleitos locais e de funcionários ou de familiares nos órgãos sociais das entidades beneficiárias	Os eleitos locais e funcionários com a participação nos órgãos sociais das entidades beneficiárias deverão proceder à renúncia desses cargos			X	X		
	Ausência de definição de procedimentos a adotar perante situações de incumprimento por parte da entidade beneficiária	Estabelecimento de consequências do incumprimento ou do cumprimento defeituoso por parte do beneficiário, nomeadamente a devolução da quantia entregue ou do benefício recebido			X		X	
	Não apresentação pelos beneficiários, dos relatórios das atividades ou de documento que comprove a aplicação do benefício	Condicionar o pagamento dos apoios à apresentação de prova da iniciativa			X	X		
	Ausência de mecanismos publicitação	Publicitação do regulamento e da atribuição dos benefícios, nomeadamente no sítio do município na internet, bem como de toda a informação sobre as entidades beneficiárias			X		X	

ÁREAS/SERVIÇOS	RISCOS IDENTIFICADOS	MEDIDAS PROPOSTAS	NÍVEL DOS RISCOS			NÍVEL DE EXECUÇÃO		
			Muito frequente	Frequente	Pouco frequente	Totalmente executada	Parcialmente executada	Não iniciada
CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS PÚBLICOS			**MF**	**F**	**PF**	**T**	**P**	**NI**
Divisão de Cultura Património e Museus	Inexistência de instrumento, geral e abstrato, que estabeleça as regras de atribuição de benefícios públicos (subsídios, subvenções, bonificações, ajudas, incentivos, donativos, etc.)	Aprovação de regulamento municipal relativo à concessão de benefícios, que estabeleça os procedimentos e os critérios de atribuição	X			X		
	Atribuição de subsídio por órgão singular	Implementação de metodologia com vista a submeter ao órgão executivo a atribuição de apoios, independentemente da sua natureza, financeira, apoio logístico, entre outros			X	X		
	Inexistência de declarações de interesses privados dos trabalhadores envolvidos nos processos de concessão de benefícios	Exigência de declarações de interesses privados dos trabalhadores			X	X		
	Existência de situações de favoritismo injustificado por um determinado beneficiário	Apreciação de todas as solicitações no mesmo ato decisório			X	X		
	Não verificação, na instrução do processo, de que os beneficiários cumprem as normas legais em vigor relativas à atribuição do benefício	Implementação de sistema de gestão documental de que evidencie que o beneficiário cumpre as normas legais em vigor relativas à atribuição do benefício			X	X		

ÁREAS/SERVIÇOS	RISCOS IDENTIFICADOS	MEDIDAS PROPOSTAS	NÍVEL DOS RISCOS			NÍVEL DE EXECUÇÃO		
			Muito frequente	Frequente	Pouco frequente	Totalmente executada	Parcialmente executada	Não iniciada
CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS PÚBLICOS			**MF**	**F**	**PF**	**T**	**P**	**NI**
Divisão de Cultura Património e Museus	Existência de impedimentos, com a participação de eleitos locais e de funcionários ou de familiares nos órgãos sociais das entidades beneficiárias	Os eleitos locais e funcionários com a participação nos órgãos sociais das entidades beneficiárias deverão proceder à renúncia desses cargos			X	X		
	Ausência de definição de procedimentos a adotar perante situações de incumprimento por parte da entidade beneficiária	Estabelecimento de consequências do incumprimento ou do cumprimento defeituoso por parte do beneficiário, nomeadamente a devolução da quantia entregue ou do benefício recebido			X	X		
	Não apresentação pelos beneficiários, dos relatórios das atividades ou de documento que comprove a aplicação do benefício	Condicionar o pagamento dos apoios à apresentação de prova da iniciativa			X	X		
	Ausência de mecanismos publicitação	Publicitação do regulamento e da atribuição dos benefícios, nomeadamente no sítio do município na internet, bem como de toda a informação sobre as entidades beneficiárias			X	X		

ÁREAS/SERVIÇOS	RISCOS IDENTIFICADOS	MEDIDAS PROPOSTAS	NÍVEL DOS RISCOS			NÍVEL DE EXECUÇÃO		
			Muito frequente	Frequente	Pouco frequente	Totalmente executada	Parcialmente executada	Não iniciada
CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS PÚBLICOS			**MF**	**F**	**PF**	**T**	**P**	**NI**
Divisão de Ambiente, Desporto e Equipamentos Desportivos	Existência de instrumento que estabelece as regras de atribuição de benefícios públicos (subsídios, subvenções, bonificações, ajudas, incentivos, donativos, etc.) desatualizado	Face ao cenário atual, o RMAAD deverá ser ajustado					X	
	Atribuição de subsídio por órgão singular	Implementação de metodologia com vista a submeter ao órgão executivo a atribuição de apoios, independentemente da sua natureza, financeira, apoio logístico, entre outros					X	
	Inexistência de declarações de interesses privados dos trabalhadores envolvidos nos processos de concessão de benefícios	Exigência de declarações de interesses privados dos trabalhadores						X
	Existência de situações de favoritismo injustificado por um determinado beneficiário	Apreciação de todas as solicitações no mesmo ato deciório					X	
	Não verificação, na instrução do processo, de que os beneficiários cumprem as normas legais em vigor relativas à atribuição do benefício	Implementação de sistema de gestão documental de que evidencie que o beneficiário cumpre as normas legais em vigor relativas à atribuição do benefício						

ÁREAS/SERVIÇOS	RISCOS IDENTIFICADOS	MEDIDAS PROPOSTAS	NÍVEL DOS RISCOS			NÍVEL DE EXECUÇÃO		
			Muito frequente	Frequente	Pouco frequente	Totalmente executada	Parcialmente executada	Não iniciada
CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS PÚBLICOS			**MF**	**F**	**PF**	**T**	**P**	**NI**
Divisão de Ambiente, Desporto e Equipamentos Desportivos	Existência de impedimentos, com a participação de eleitos locais e de funcionários ou de familiares nos órgãos sociais das entidades beneficiárias	Os eleitos locais e funcionários com a participação nos órgãos sociais das entidades beneficiárias deverão proceder à renúncia do cargo						
	Ausência de definição de procedimentos a adotar perante situações de incumprimento por parte da entidade beneficiária	Estabelecimento de consequências do incumprimento ou do cumprimento defeituoso por parte do beneficiário, nomeadamente a devolução da quantia entregue ou do benefício recebido						
	Não apresentação pelos beneficiários, dos relatórios das actividades ou de documento que comprove a aplicação do benefício	Condicionar o pagamento dos apoios à apresentação de prova da iniciativa						

ÁREAS/SERVIÇOS	RISCOS IDENTIFICADOS	MEDIDAS PROPOSTAS	NÍVEL DOS RISCOS			NÍVEL DE EXECUÇÃO		
			Muito frequente	Frequente	Pouco frequente	Totalmente executada	Parcialmente executada	Não iniciada
URBANIZAÇÃO E DA EDIFICAÇÃO			**MF**	**F**	**PF**	**T**	**P**	**NI**
DGUOP	Acumulação de funções privadas por parte dos técnicos e dirigentes intervenientes nos procedimentos de autorização e licenciamento de operações urbanísticas	Criação de mecanismos de controlo acrescido do exercício de funções privadas, por parte dos técnicos e dirigentes intervenientes nos procedimentos de autorização e licenciamento de operações urbanísticas			X			
	Falta de imparcialidade potenciada pela intervenção sistemática de determinado (s) técnico(s) ou dirigente em processos da mesma natureza, processos instruídos pelos mesmos requerentes, ou processos instruídos por requerentes com algum tipo de proximidade, o que poderá propiciar o favorecimento ou desfavorecimento	Implementação de medidas de organização do trabalho, nas unidades orgânicas, por forma a assegurar a rotatividade e variabilidade, por parte dos técnicos, no exercício das suas funções. Criação de regras de distribuição de processos que acautelem que a um determinado técnico não seja cometido de forma continuada os processos de determinado requerente, e que não seja cometida a apreciação, continuada, de procedimentos de idêntica natureza.			X			
	O tempo de decisão	Medição mensal dos níveis de serviços e produção de estatísticas.	X			X		
	Não acumulação de funções ou tarefas públicas que (ainda que dentro da própria estrutura do Município) possam comprometer a isenção na abordagem do processo	Exigência da entrega de uma declaração de impedimento que deverá ser expressa, sob a forma escrita apensa ao processo em análise			X			

ÁREAS/SERVIÇOS	RISCOS IDENTIFICADOS	MEDIDAS PROPOSTAS	NÍVEL DOS RISCOS			NÍVEL DE EXECUÇÃO		
			Muito frequente	Frequente	Pouco frequente	Totalmente executada	Parcialmente executada	Não iniciada
RECURSOS HUMANOS			**MF**	**F**	**PF**	**T**	**P**	**NI**
DA	Ausência de mecanismos que obriguem à rotatividade dos elementos que compreendem os júris	Criação de regras gerais de rotatividade dos elementos que compõem os júris de concurso, de forma a assegurar que as decisões ou as propostas de decisão não fiquem, por regra, concentradas nos mesmos trabalhadores, dirigentes ou eleitos			X	X		
	Utilização de elenco subjetivo de critérios de avaliação, não permitindo que a fundamentação das decisões finais de avaliação sejam facilmente percetíveis e sindicáveis	Produção de regulamento com vista a colmatar esta lacuna			X		X	
	Intervenção no procedimento de seleção de elementos com relações de proximidade, relações familiares ou de parentesco com os candidatos	Declaração dos elementos que compõem júri em como não detêm quaisquer relações de proximidade, relações familiares ou de parentesco com os candidatos, a qual deve ser sob a forma escrita e apensa ao processo			X	X		

ÁREAS/SERVIÇOS	RISCOS IDENTIFICADOS	MEDIDAS PROPOSTAS	NÍVEL DOS RISCOS			NÍVEL DE EXECUÇÃO		
			Muito frequente	Frequente	Pouco frequente	Totalmente executada	Parcialmente executada	Não iniciada
RECURSOS HUMANOS			**MF**	**F**	**PF**	**T**	**P**	**NI**
DA	Ausência ou deficiente fundamentação dos resultados das decisões de avaliação	Levantamento anual das reclamações, recursos hierárquicos ou ações judiciais interpostas, em que o reclamante ou recorrente alega, com sucesso, a ausência ou deficiente fundamentação das decisões da administração			X	X		
	Utilização frequente do recurso a trabalho extraordinário como forma de suprir necessidades permanentes dos serviços	Elaborar orientações no sentido de não utilização do trabalho extraordinário como forma de suprir as necessidades permanentes dos serviços, propondo implementação de formas de horários distintas (por exemplo plataformas desfasadas e escalas de serviço)		X			X	

ÁREAS/SERVIÇOS	RISCOS IDENTIFICADOS	MEDIDAS PROPOSTAS	NÍVEL DOS RISCOS			NÍVEL DE EXECUÇÃO		
			Muito frequente	Frequente	Pouco frequente	Totalmente executada	Parcialmente executada	Não iniciada
GESTÃO FINANCEIRA			**MF**	**F**	**PF**	**T**	**P**	**NI**
DF	Pagamento de revisões de preços no âmbito das empreitadas sem que a respetiva despesa tenha sido autorizada pelo órgão com competência para o efeito	As revisões de preço devem ter a aprovação prévia do órgão competente			x	x		
	Assunção de despesas sem prévio cabimento na respetiva dotação orçamental	Maior rigor no cumprimento da Norma de Controlo Interno e da LCPA, no que concerne à necessidade de cabimento/compromisso prévio						
	Regularizações de existências que conduzem a perdas extraordinárias por divergências verificadas entre os registos contabilísticos e as contagens físicas	Maior rigor no cumprimento da Norma de Controlo Interno, no que concerne à Gestão de stocks, receção e armazenagem de bens e produtos, através da responsabilização pelos trabalhadores. Realização de verificações físicas com base em amostras ao longo do ano sem aviso prévio			X		X	
	Deficiente controlo interno na área do aprovisionamento quanto à execução dos concursos, gestão de stocks, receção e armazenagem de bens e produtos				X		X	
	Divergência de registos contabilísticos das disponibilidades	Reconciliações bancárias mensais por um funcionário que confronte os registos da contabilidade com os registos da tesouraria			x	x		
	Utilização incorreta dos Fundos de Maneio (DL 54-A/99 - POCAL)	Utilização dos Fundos de maneio apenas para despesas urgentes e inadiáveis, conforme previsto no DL 54-A/99 (POCAL)			x	x		

ÁREAS/SERVIÇOS	RISCOS IDENTIFICADOS	MEDIDAS PROPOSTAS	NÍVEL DOS RISCOS			NÍVEL DE EXECUÇÃO		
			Muito frequente	Frequente	Pouco frequente	Totalmente executada	Parcialmente executada	Não iniciada
GESTÃO FINANCEIRA			**MF**	**F**	**PF**	**T**	**P**	**NI**
DF	Falta de registo contabilístico de documentos de despesa ou divergência entre o valor credor	Circularização de saldo entre o Município e os seus credores-atividade efetuada pela Divisão Financeira e auditada pelo ROC			x	x		
	Despesas objeto de inadequada classificação económica	Maior rigor na classificação das mesmas			x	x		
	Deficiências ao nível da inventariação e avaliação dos bens	Maior rigor na inventariação/avaliação dos bens			x	x		
	Irregularidades na cobrança de faturas na tesouraria.	Realização de balanços à tesouraria. Circularização de clientes			x		x	
	Não envio para execução fiscal de faturas que se encontram em divida para além dos prazos de vencimento	Deteção através de balanços efetuados à Tesouraria			x		x	
	Pagamento de faturas sem verificação da existência de certidões válidas	Disponibilização das certidões no sistema informático (SCA) com controlo na emissão de OP (emissão de alerta). Verificação das certidões impressas antes da emissão do cheque			x	x		
	Acompanhamento dos factorings e penhoras a fornecedores	Organização das mesmas em arquivo próprio com lançamento no sistema informático. Verificação dos documentos antes da emissão de cheque			x		x	
	Irregularidades na cobrança de faturas nos diversos postos de cobrança	Criação de mecanismos para verificação da emissão das faturas, bem como da sua cobrança			x	x		

ÁREAS/SERVIÇOS	RISCOS IDENTIFICADOS	MEDIDAS PROPOSTAS	NÍVEL DOS RISCOS			NÍVEL DE EXECUÇÃO		
			Muito frequente	Frequente	Pouco frequente	Totalmente executada	Parcialmente executada	Não iniciada
JURIDICO			**MF**	**F**	**PF**	**T**	**P**	**NI**
GJ	Apreciação de uns processos em detrimento de outros	Análise com critérios de necessidade e urgência. Análise mais rigorosa dos critérios utilizados e fundamentação dos mesmos			X		X	
	Eventual extravio de processos	Controlo de saída de processo, quer através do WF, quer pelo registo de informação numa tabela. Como medida adicional passou a haver digitalização de processos (contraordenação)			X	X		
	Conflito de interesses	Divulgação dos princípios éticos relativo ao desempenho de funções			X	X		

ÁREAS/SERVIÇOS	RISCOS IDENTIFICADOS	MEDIDAS PROPOSTAS	NÍVEL DOS RISCOS			NÍVEL DE EXECUÇÃO		
			Muito frequente	Frequente	Pouco frequente	Totalmente executada	Parcialmente executada	Não iniciada
PLANEAMENTO URBANÍSTICO			**MF**	**F**	**PF**	**T**	**P**	**NI**
DPTRPF	Gerar direitos adquiridos, expectativas e/ou especulação imobiliária nas fases preparatórias dos planos	Privilegiar os contactos a nível oficial e por escrito. Envolvimento permanente do superior hierárquico nos contactos Fundamentação detalhada das soluções adotadas. Uniformização dos procedimentos			X	X		
	Pressões para adoção de soluções urbanísticas específicas com a criação de mais-valias para favorecimento (ex. reclassificação do solo rural para solo urbano, no âmbito dos PMOT)	Acautelar situações de impedimento ou interesses particulares por parte dos representantes da CMT nas Comissões de Acompanhamento (CA) dos PMOT Assegurar a rotatividade da representação nas CA			X	X		

ÁREAS/SERVIÇOS	RISCOS IDENTIFICADOS	MEDIDAS PROPOSTAS	NÍVEL DOS RISCOS			NÍVEL DE EXECUÇÃO		
			Muito frequente	Frequente	Pouco frequente	Totalmente executada	Parcialmente executada	Não iniciada
TURISMO			**MF**	**F**	**PF**	**T**	**P**	**NI**
DPTRPF	Pressão para a valorização de artigos informativos	Uniformização da informação Racionar a distribuição de acordo com a capacidade/ gestão de pedidos sazonais			X	x		
	Favorecimento de alguns Estabelecimentos de Restauração e Bebidas/ Empreendimentos Turísticos através da prestação de serviços (ex: filmagens para programas televisivos/ eventos temáticos)	Imparcialidade e não repetição das mesmas entidades. Acautelar a articulação de interesses criando uniformização de procedimentos		X			x	
	Seleção de tipologias de entidades para participação em eventos organizados pelo município	Articulação dos serviços que detém as informações das entidades intervenientes no Turismo			X	x		
	Favorecimento na distribuição das publicações turísticas	Racionar a distribuição de acordo com a capacidade/ gestão de pedidos sazonais			X	x		

ÁREAS/SERVIÇOS	RISCOS IDENTIFICADOS	MEDIDAS PROPOSTAS	NÍVEL DOS RISCOS			NÍVEL DE EXECUÇÃO		
			Muito frequente	Frequente	Pouco frequente	Totalmente executada	Parcialmente executada	Não iniciada
RELAÇÕES PÚBLICAS			**MF**	**F**	**PF**	**T**	**P**	**NI**
DPTRPF	Utilização dos meios de comunicação disponíveis para fins políticos	Responsabilizar um técnico pela gestão da comunicação do Município de forma a promover a isenção e imparcialidade no teor da informação veiculada		X				X
	Atribuição de subsídio por órgão singular	Implementação de metodologia com vista a submeter ao órgão executivo a atribuição de apoios, independentemente da sua natureza, financeira, apoio logístico, entre outros			X			X

ÁREAS/SERVIÇOS	RISCOS IDENTIFICADOS	MEDIDAS PROPOSTAS	NÍVEL DOS RISCOS			NÍVEL DE EXECUÇÃO		
			Muito frequente	Frequente	Pouco frequente	Totalmente executada	Parcialmente executada	Não iniciada
FISCALIZAÇÃO MUNICIPAL			**MF**	**F**	**PF**	**T**	**P**	**NI**
DPTRPF	Possibilidade de ocorrência de tratamentos distintos para casos semelhantes por consequência de deficiências na organização e sistematização das ações de fiscalização	Elaboração de um Manual de Procedimentos para toda a tramitação processual das ações de fiscalização municipal onde sejam identificadas e caraterizadas todas as ações necessárias para a concretização do processo e das interpretações legais acordadas pelo serviço			X			X
	Possibilidade da ocorrência de conluios entre os infratores e os entes fiscalizáveis	Elaboração de um relatório anual fundamentado relativamente à área de fiscalização municipal onde se identifiquem as principais questões, bem como de uma Tabela de Registos do Serviço Municipal de Fiscalização. Plano de rotatividade dos fiscais			X		X	
	Falta de imparcialidade e situações de impunidade dos infratores	Definição de um plano de rotatividade para os fiscais			X		X	
	Possibilidade de prática de irregularidades, ilegalidades e fraudes na interpretação da legislação aplicável nas ações de fiscalização	Deverão ser remetidos ao Serviço Municipal de Fiscalização todos os processos aquando do levantamento do alvará de construção			X		X	

ÁREAS/SERVIÇOS	RISCOS IDENTIFICADOS	MEDIDAS PROPOSTAS	NÍVEL DOS RISCOS			NÍVEL DE EXECUÇÃO		
			Muito frequente	Frequente	Pouco frequente	Totalmente executada	Parcialmente executada	Não iniciada
FISCALIZAÇÃO MUNICIPAL			**MF**	**F**	**PF**	**T**	**P**	**NI**
DPTRPF	Conflito de interesses	Declaração de inexistência de conflito de interesses			X			X
	Não atuação em situação de irregularidades ou ilícitos, tendo conhecimento dos factos	Elaboração de relatório das ocorrências e verificação das diligências efetuadas pela cadeia hierárquica			X		X	
	Atuação extemporânea	Determinação escrita de prazos para informar, atuar e reportar. Controlo informático dos prazos e dos recursos			X		X	
	Favorecimento na atribuição de lugares de venda (feiras e mercados)	Proceder a um sorteio para cada feira/mercado			X			X
	Oferecimento de gratificações diversas com vista a favorecimentos nas diferentes áreas de atuação da fiscalização	Uniformização dos procedimentos Assegurar a rotatividade das equipas nas diferentes áreas de atuação Formação no código de conduta			X		X	
	Emissão de guias de pagamento por um único serviço (feiras e mercados)	Redundância de verificação por dois serviços distintos	X				X	

Notas: Todos os procedimentos de verificação realizados para o presente relatório, tiveram em consideração a documentação recebida via sistema de gestão documental.

É essencial existir prova de facto das medidas implementadas para prevenir supostas ilegalidades, fraudes ou erros de modo a atingir os objetivos predefinidos no PGRCIC.

Dada a ausência do envio de evidências, a ECA efectuou, de forma aleatória, reuniões para atestar *in loco* o nível de implementação de algumas medidas consideradas, pelos responsáveis, como executadas.

Relativamente a algumas áreas de risco, não nos chegou qualquer tipo de informação, que nos possibilitasse proceder à monitorização das medidas constantes no PGRCIC.

Refira-se que todas as medidas que se encontram parcialmente implementadas ou não implementadas deveriam ter sido devidamente justificadas, no entanto, nem todas as áreas forneceram a devida justificação.

Há a informar, ainda, que, pese embora a frequência dos riscos estivesse definida no PGRCIC, a ECA permitiu que os serviços pudessem atualizar esta informação face ao tempo decorrido desde a elaboração do documento até ao presente.

III – CONCLUSÃO

A gestão de risco é um processo de análise metódica dos riscos inerentes às atividades desenvolvidas pelas instituições. É uma matéria transversal a todos os dirigentes e trabalhadores e, como tal, deve ser encarada com responsabilidade, isenção e zelo na prossecução dos objectivos definidos, sempre com vista à salvaguarda do interesse público.

No cumprimento dos valores determinados pelo executivo, exige-se que o trabalho seja desenvolvido de forma clara e transparente e convenientemente divulgado às partes interessadas.

Este trabalho deve ser encarado como um instrumento de gestão global na medida em que permite, não só a gestão de riscos de corrupção e infracções conexas, como também potencia a procura da melhoria contínua dos serviços.

No seguimento, e conforme previsto nas atribuições da ECA, apresentam-se algumas considerações:

1. Verificou-se que a área de intervenção na qual os serviços manifestaram maior dificuldade, ou ausência total, no preenchimento, foi a contratação pública. Neste capítulo importa frisar a posição manifestada por alguns serviços:
    a. *"Quanto à contratação pública a DADED cumpre com as normas existentes na tramitação dos procedimentos. A haver necessidade de documentos de controlo somos da opinião de ser vantajoso a uniformização destes métodos com a existência de um modelo a adotar por todos os setores"*
    b. A DPTRPF considera as medidas como não implementadas dada a *"Não existência de um sistema de controlo interno."*

    Analisados os contributos das diferentes unidades orgânicas, a ECA considera que a execução das medidas propostas no PGRCIC deverá ser despoletada pelo serviço responsável pela área da contratação pública, quer através de um manual de procedimentos, da norma de controlo interno, ou até de um procedimento de gestão da qualidade, sob pena de cada serviço interpretar e executar as medidas de forma diferente.

2. Constatou-se que no PGRCIC o Gabinete de Bombeiros e Proteção Civil (GBPC), ainda que representado no organograma, capítulo IV, 4.1, não figura no ponto refente à identificação dos responsáveis (4.2) nem no capítulo V, pese embora conste no anexo I no que respeita ao risco da área financeira "Irregularidades na cobrança de faturas nos diversos postos de cobrança". Trata-se de uma

situação que importa clarificar porquanto o próprio responsável pelo GBPC considerar que os riscos identificados não se aplicam à sua área de atuação.

3. Dado que se trata de um processo exigente e dinâmico, recomenda-se uma atualização do documento no que respeita a:
    a. **Clarificação dos responsáveis pelas medidas a implementar** dado que se considera que poderá existir algum conflito entre o responsável pela execução e o(s) interveniente(s) na actividade, válido para as medidas transversais a várias unidades e subunidades orgânicas;
    b. **Eliminação de medidas** que já se encontrem totalmente executadas;
    c. **Reavaliação dos riscos e das medidas,** bem como da frequência dos mesmos, face ao contexto atual da organização;
    d. Recomenda-se ainda que a próxima revisão ao plano contemple um maior **envolvimento de todos os responsáveis no Município**, quer ao nível técnico quer ao nível do executivo, bem como a definição de medidas a implementar, com a devida calendarização e formas de apuramento de percentagens de execução e respetivos desvios.

O combate à corrupção e infrações conexas transcende o processo de identificação de riscos, definição e implementação de medidas preventivas, exigindo um compromisso de todos os dirigentes e trabalhadores do Município de Tavira, que devem adotar comportamentos assentes nos valores de integridade, responsabilidade, transparência e isenção.

A equipa de controlo e acompanhamento,

Cláudia Rosa dos Santos

Cláudia Santos

Dulce Maria Pereira Norberto

Dulce Norberto

Luís Filipe Felício dos Mártires

Margarida Modesto Galego Rodrigues de Jesus

Margarida de Jesus

Sónia Cristina Cruz Zica

Sónia Zica

ANEXOS

PLANO PREVENÇÃO DE RISCOS DE GESTÃO DE CORRUPÇÃO E INFRACÇÕES CONEXAS

ÁREAS/SERVIÇOS	RISCOS IDENTIFICADOS	MEDIDAS PROPOSTAS	NÍVEL DOS RISCOS			NÍVEL DE EXECUÇÃO			DATA DE IMPLEMENTAÇÃO (data em que foi implementada ou data prevista para a sua implementação)	EVIDÊNCIA	RESPONSÁVEIS PELA IMPLEMENTAÇÃO DAS MEDIDAS	RESPONSÁVEIS
			Muito frequente	Frequente	Pouco frequente	Totalmente executada	Parcialmente executada	Não iniciada				
CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS PÚBLICOS			**MF**	**F**	**PF**	**T**	**P**	**NI**				
Divisão de Assuntos Sociais	Inexistência de instrumento, geral e abstrato, que estabeleça as regras de atribuição de benefícios públicos (subsídios, subvenções, bonificações, ajudas, incentivos, donativos, etc.)	Aprovação de regulamento municipal relativo à concessão de benefícios, que estabeleça os procedimentos e os critérios de atribuição; Criação de plataforma de gestão processual			x	x			11 de março de 2016		Chefe de Divisão	DAS
	Atribuição de subsídio por órgão singular	Implementação de metodologia com vista a submeter ao órgão executivo a atribuição de apoios, independentemente da sua natureza, financeira, apoio logístico, entre outros			x		x		Desde sempre		Chefe de Divisão	DAS
	Inexistência de declarações de interesses privados dos trabalhadores envolvidos nos processos de concessão de benefícios	Exigência de declarações de interesses privados dos trabalhadores			x	x			Desde sempre		Chefe de Divisão	DAS
	Existência de situações de favoritismo injustificado por um determinado beneficiário	Apreciação de todas as solicitações no mesmo ato decisório			x	x			Desde sempre		Chefe de Divisão	DAS
	Não verificação, na instrução do processo, de que os beneficiários cumprem as normas legais em vigor relativas à atribuição do benefício	Implementação de sistema de gestão documental de que evidencie que o beneficiário cumpre as normas legais em vigor relativas à atribuição do benefício			x	x			Janeiro de 2016		Chefe de Divisão	DAS
	Existência de impedimentos, com a participação de eleitos locais e de funcionários ou de familiares nos órgãos sociais das entidades beneficiárias	Os eleitos locais e funcionários com a participação nos órgãos sociais das entidades beneficiárias deverão proceder à renúncia desses cargos			x	x			Desde sempre		Chefe de Divisão	DAS
	Ausência de definição de procedimentos a adotar perante situações de incumprimento por parte da entidade beneficiária	Estabelecimento de consequências do incumprimento ou do cumprimento defeituoso por parte do beneficiário, nomeadamente a devolução da quantia entregue ou do benefício recebido			x		x		desde janeiro de 2016		Chefe de Divisão	DAS
	Não apresentação pelos beneficiários, dos relatórios das atividades ou de documento que comprove a aplicação do benefício	Condicionar o pagamento dos apoios à apresentação de prova da iniciativa			x	x			Desde inicio de 2016		Chefe de Divisão	DAS
	Ausência de mecanismos publicitação	Publicitação do regulamento e da atribuição dos benefícios, nomeadamente no sítio do município na internet, bem como de toda a informação sobre as entidades beneficiárias			x		x		Não implementado		Chefe de Divisão	DAS
Divisão de Cultura Património e Museus	Inexistência de instrumento, geral e abstrato, que estabeleça as regras de atribuição de benefícios públicos (subsídios, subvenções, bonificações, ajudas, incentivos, donativos, etc.)	Aprovação de regulamento municipal relativo à concessão de benefícios, que estabeleça os procedimentos e os critérios de atribuição	X			X			Datas dos emails c/ propostas	Emails c/ propostas	Orgãos competentes	DCPM
	Atribuição de subsídio por órgão singular	Implementação de metodologia com vista a submeter ao órgão executivo a atribuição de apoios, independentemente da sua natureza, financeira, apoio logístico, entre outros			X	X			Datas de processos internos	Documentação interna	Chefe da DCPM	DCPM
	Inexistência de declarações de interesses privados dos trabalhadores envolvidos nos processos de concessão de benefícios	Exigência de declarações de interesses privados dos trabalhadores			X	X			datas de processos internos	Documentação interna	Chefe da DCPM	DCPM
	Existência de situações de favoritismo injustificado por um determinado beneficiário	Apreciação de todas as solicitações no mesmo ato decisório			X	X			Datas de processos internos	Documentação interna	Chefe da DCPM	DCPM
	Não verificação, na instrução do processo, de que os beneficiários cumprem as normas legais em vigor relativas à atribuição do benefício	Implementação de sistema de gestão documental de que evidencie que o beneficiário cumpre as normas legais em vigor relativas à atribuição do benefício			X	X			Datas de processos internos	Documentação interna	Chefe da DCPM	DCPM
	Existência de impedimentos, com a participação de eleitos locais e de funcionários ou de familiares nos órgãos sociais das entidades beneficiárias	Os eleitos locais e funcionários com a participação nos órgãos sociais das entidades beneficiárias deverão proceder à renúncia desses cargos			X	X			Datas de processos internos	Impedimento de participação na analise e parecer. Documentos internos.	Orgãos competentes	DCPM
	Ausência de definição de procedimentos a adotar perante situações de incumprimento por parte da entidade beneficiária	Estabelecimento de consequências do incumprimento ou do cumprimento defeituoso por parte do beneficiário, nomeadamente a devolução da quantia entregue ou do benefício recebido			X	X			Datas de processos internos	Documentação interna	Orgão competente	DCPM
	Não apresentação pelos beneficiários, dos relatórios das atividades ou de documento que comprove a aplicação do benefício	Condicionar o pagamento dos apoios à apresentação de prova da iniciativa			X	X			Datas de processos internos	Observação directa e documentação.	Chefe da DCPM	DCPM
	Ausência de mecanismos publicitação	Publicitação do regulamento e da atribuição dos benefícios, nomeadamente no sítio do município na internet, bem como de toda a informação sobre as entidades beneficiárias			X	X			Datas de processos internos	Pagina web da autarquia	DPTRPF e DCPM	DCPM

ÁREAS/SERVIÇOS	RISCOS IDENTIFICADOS	MEDIDAS PROPOSTAS	NÍVEL DOS RISCOS			NÍVEL DE EXECUÇÃO			DATA DE IMPLEMENTAÇÃO (data em que foi implementada ou data prevista para a sua implementação)	EVIDÊNCIA	RESPONSÁVEIS PELA IMPLEMENTAÇÃO DAS MEDIDAS	RESPONSÁVEIS
			Muito frequente	Frequente	Pouco frequente	Totalmente executada	Parcialmente executada	Não iniciada				
Divisão de Ambiente, Desporto e Equipamentos Desportivos	Existência de instrumento que estabelece as regras de atribuição de benefícios públicos (subsídios, subvenções, bonificações, ajudas, incentivos, donativos, etc.) desatualizado	Face ao cenário atual, o RMAAD deverá ser ajustado					X			Apresentada proposta para alteração ao regulamento (RMAAD)		DADED
	Atribuição de subsídio por órgão singular	Implementação de metodologia com vista a submeter ao órgão executivo a atribuição de apoios, independentemente da sua natureza, financeira, apoio logístico, entre outros					X			Execução de propostas para RC		DADED
	Inexistência de declarações de interesses privados dos trabalhadores envolvidos nos processos de concessão de benefícios	Exigência de declarações de interesses privados dos trabalhadores						X				DADED
	Existência de situações de favoritismo injustificado por um determinado beneficiário	Apreciação de todas as solicitações no mesmo ato deciório					X			Mapas		DADED
	Não verificação, na instrução do processo, de que os beneficiários cumprem as normas legais em vigor relativas à atribuição do benefício	Implementação de sistema de gestão documental de que evidencie que o beneficiário cumpre as normas legais em vigor relativas à atribuição do benefício								Elaboração de Contratos programa (RMAAD)		DADED
	Existência de impedimentos, com a participação de eleitos locais e de funcionários ou de familiares nos órgãos sociais das entidades beneficiárias	Os eleitos locais e funcionários com a participação nos órgãos sociais das entidades beneficiárias deverão proceder à renúncia do cargo								Foram tomadas as diligências necessárias e não há conhecimento de casos		DADED
	Ausência de definição de procedimentos a adotar perante situações de incumprimento por parte da entidade beneficiária	Estabelecimento de consequências do incumprimento ou do cumprimento defeituoso por parte do beneficiário, nomeadamente a devolução da quantia entregue ou do benefício recebido								RMAAD		DADED
	Não apresentação pelos beneficiários, dos relatórios das actividades ou de documento que comprove a aplicação do benefício	Condicionar o pagamento dos apoios à apresentação de prova da iniciativa								RMAAD		DADED
URBANIZAÇÃO E DA EDIFICAÇÃO			**MF**	**F**	**PF**	**T**	**P**	**NI**				
	Acumulação de funções privadas por parte dos técnicos e dirigentes intervenientes nos procedimentos de autorização e licenciamento de operações urbanísticas	Criação de mecanismos de controlo acrescido do exercício de funções privadas, por parte dos técnicos e dirigentes intervenientes nos procedimentos de autorização e licenciamento de operações urbanísticas			X				Os dirigentes tem exclusividade de acordo com a legislação em vigor. Os técnicos tem acumulação de funções quando solicitado e autorizado e desde que cumpridos todos os requisitos da legislação.	Arq. Inês Faleiro	DGUOP	DGUOP
	Falta de imparcialidade potenciada pela intervenção sistemática de determinado (s) técnico(s) ou dirigente em processos da mesma natureza, processos instruídos pelos mesmos requerentes, ou processos instruídos por requerentes com algum tipo de proximidade, o que poderá propiciar o favorecimento ou desfavorecimento	Implementação de medidas de organização do trabalho, nas unidades orgânicas, por forma a assegurar a rotatividade e variabilidade, por parte dos técnicos, no exercício das suas funções. Criação de regras de distribuição de processos que acautelem que a um determinado técnico não seja cometido de forma continuada os processos de determinado requerente, e que não seja cometida a apreciação, continuada, de procedimentos de idêntica natureza.			X					Atribuição dos processos é rotativa e orientada pela Chefe de Divisão.	DGUOP	DGUOP
	O tempo de decisão	Medição mensal dos níveis de serviços e produção de estatísticas.	X			X				Quadros Mensais e Boletim Interno	DGUOP	DGUOP
	Não acumulação de funções ou tarefas públicas que (ainda que dentro da própria estrutura do Município) possam comprometer a isenção na abordagem do processo	Exigência da entrega de uma declaração de impedimento que deverá ser expressa, sob a forma escrita apensa ao processo em análise			X					Não se verifica	DGUOP	DGUOP

ÁREAS/SERVIÇOS	RISCOS IDENTIFICADOS	MEDIDAS PROPOSTAS	NÍVEL DOS RISCOS			NÍVEL DE EXECUÇÃO			DATA DE IMPLEMENTAÇÃO (data em que foi implementada ou data prevista para a sua implementação)	EVIDÊNCIA	RESPONSÁVEIS PELA IMPLEMENTAÇÃO DAS MEDIDAS	RESPONSÁVEIS
			Muito frequente	Frequente	Pouco frequente	Totalmente executada	Parcialmente executada	Não iniciada				
RECURSOS HUMANOS			**MF**	**F**	**PF**	**T**	**P**	**NI**				
	Ausência de mecanismos que obriguem à rotatividade dos elementos que compreendem os júris	Criação de regras gerais de rotatividade dos elementos que compõem os júris de concurso, de forma a assegurar que as decisões ou as propostas de decisão não fiquem, por regra, concentradas nos mesmos trabalhadores, dirigentes ou eleitos			X	X			setembro de 2016	Tarefa n.º 1022512	Uma vez que o regulamento se encontra em vigor, cabe a todos os visados dar cumprimento ao mesmo	DA
	Utilização de elenco subjetivo de critérios de avaliação, não permitindo que a fundamentação das decisões finais de avaliação sejam facilmente percetíveis e sindicáveis	Produção de regulamento com vista a colmatar esta lacuna			X		X		A aguardar reunião do CCA, para submeter a aprovação do regulamento	Tarefa n.º 854452	Uma vez aprovado, cabe ao CCA o cumprimento do regulamento	DA
	Intervenção no procedimento de seleção de elementos com relações de proximidade, relações familiares ou de parentesco com os candidatos	Declaração dos elementos que compõem júri em como não detêm quaisquer relações de proximidade, relações familiares ou de parentesco com os candidatos, a qual deve ser sob a forma escrita e apensa ao processo			X	X			março de 2015	Tarefa n.º 1022512	SRH	DA
	Ausência ou deficiente fundamentação dos resultados das decisões de avaliação	Levantamento anual das reclamações, recursos hierárquicos ou ações judiciais interpostas, em que o reclamante ou recorrente alega, com sucesso, a ausência ou deficiente fundamentação das decisões da administração			X	X			dezembro de 2015	Tarefa n.º 1022512	SRH	DA
	Utilização frequente do recurso a trabalho extraordinário como forma de suprir necessidades permanentes dos serviços	Elaborar orientações no sentido de não utilização do trabalho extraordinário como forma de suprir as necessidades permanentes dos serviços, propondo implementação de formas de horários distintas (por exemplo plataformas desfasadas e escalas de serviço)		X			X		O regulamento interno de duração, horário de trabalho e controlo de assiduidade e pontualidade dos trabalhadores da Câmara Municipal de Tavira foi proposto superiormente em agosto de 2015. Aguarda-se a aprovação do documento final.	Taref a n.º 984018	Cabe às chefias, gerir e propor a adequação dos horários dos trabalhadores que lhe estão afetos às modalidades previstas na legislação em vigor, por forma a evitar a realização de TS	DA
GESTÃO FINANCEIRA			**MF**	**F**	**PF**	**T**	**P**	**NI**				
	Pagamento de revisões de preços no âmbito das empreitadas sem que a respetiva despesa tenha sido autorizada pelo órgão com competência para o efeito	As revisões de preço devem ter a aprovação prévia do órgão competente			x	x			Desde sempre	Workflow	DF	DF
	Assunção de despesas sem prévio cabimento na respetiva dotação orçamental	Maior rigor no cumprimento da Norma de Controlo Interno e da LCPA, no que concerne à necessidade de cabimento/compromisso prévio								A DF não assume despesas sem cabimento prévio, e desconheço medida para evitar. Cabe a cada serviço não requisitar nada sem o devido procedimento		todas as unidades orgânicas
	Regularizações de existências que conduzem a perdas extraordinárias por divergências verificadas entre os registos contabilísticos e as contagens físicas	Maior rigor no cumprimento da Norma de Controlo Interno, no que concerne à Gestão de stocks, receção e armazenagem de bens e produtos, através da responsabilização pelos trabalhadores Realização de verificações físicas com base em amostras ao longo do ano sem aviso prévio										DF, DATE
	Deficiente controlo interno na área do aprovisionamento quanto à execução dos concursos, gestão de stocks, receção e armazenagem de bens e produtos											DATE
	Divergência de registos contabilísticos das disponibilidades	Reconciliações bancárias mensais por um funcionário que confronte os registos da contabilidade com os registos da tesouraria			x	x			2015	2 reconciliações bancárias. Uma feita pela tesouraria e outra pela contabilidade		DF
	Utilização incorreta dos Fundos de Maneio (DL 54-A/99 - POCAL)	Utilização dos Fundos de maneio apenas para despesas urgentes e inadiáveis, conforme previsto no DL 54-A/99 (POCAL)			x	x				Workflow		todos os trabalhadores que têm o fundo de maneio a seu cargo
	Falta de registo contabilístico de documentos de despesa ou divergência entre o valor credor	Circularização de saldo entre o Município e os seus credores- atividade efetuada pela Divisão Financeira e auditada pelo ROC			x	x			2007	O ROC circulariza os fornecedores		DF
	Despesas objeto de inadequada classificação económica	Maior rigor na classificação das mesmas			x	x			Sempre se teve rigor	Workflow		DF
	Deficiências ao nível da inventariação e avaliação dos bens	Maior rigor na inventariação/avaliação dos bens			x	x			Existe rigor			DF
	Irregularidades na cobrança de faturas na tesouraria.	Realização de balanços à tesouraria. Circularização de clientes			x		x			Balanços em papel		DF
	Não envio para execução fiscal de faturas que se encontram em divida para além dos prazos de vencimento	Deteção através de balanços efetuados à Tesouraria			x		x			Balanços em papel		DF
	Pagamento de faturas sem verificação da existência de certidões válidas	Disponibilização das certidões no sistema informático (SCA) com controlo na emissão de OP (emissão de alerta) Verificação das certidões impressas antes da emissão do cheque			x	x				Pasta com certidões e aplicação informática - SCA		DF
	Acompanhamento dos factorings e penhoras a fornecedores	Organização das mesmas em arquivo próprio com lançamento no sistema informático. Verificação dos documentos antes da emissão de cheque			x		x			Apenas arquivo em papel		DF
	Irregularidades na cobrança de faturas nos diversos postos de cobrança	Criação de mecanismos para verificação da emissão das faturas, bem como da sua cobrança			x	x			2015	Modelos de emissão de faturas disponíveis para cada posto emissor		DF, DADED, DATE, DA, DCPM, GBPC, DSIC
JURIDICO			**MF**	**F**	**PF**	**T**	**P**	**NI**				

ÁREAS/SERVIÇOS	RISCOS IDENTIFICADOS	MEDIDAS PROPOSTAS	NÍVEL DOS RISCOS			NÍVEL DE EXECUÇÃO			DATA DE IMPLEMENTAÇÃO (data em que foi implementada ou data prevista para a sua implementação)	EVIDÊNCIA	RESPONSÁVEIS PELA IMPLEMENTAÇÃO DAS MEDIDAS	RESPONSÁVEIS
			Muito frequente	Frequente	Pouco frequente	Totalmente executada	Parcialmente executada	Não iniciada				
	Apreciação de uns processos em detrimento de outros	Análise com critérios de necessidade e urgência. Análise mais rigorosa dos critérios utilizados e fundamentação dos mesmos			X		X		Aquando da identificação dos riscos	Controlo de tarefas em workflow e no SPO	Sílvia Ferro	GJ
	Eventual extravio de processos	Controlo de saída de processo, quer através do WF, quer pelo registo de informação numa tabela. Como medida adicional passou a haver digitalização de processos (contraordenação)			X	X			Durante o ano de 2014, prosseguindo nos anos seguintes com o mesmo método de trabalho	Workflow, tabelas em excel e digitalização dos PCO para arquivo	Sílvia Ferro	GJ
	Conflito de interesses	Divulgação dos princípios éticos relativo ao desempenho de funções			X	X			Durante o ano 2014		Sílvia Ferro	GJ
PLANEAMENTO URBANÍSTICO			**MF**	**F**	**PF**							
	Gerar direitos adquiridos, expectativas e/ou especulação imobiliária nas fases preparatórias dos planos	Privilegiar os contactos a nível oficial e por escrito. Envolvimento permanente do superior hierárquico nos contactos Fundamentação detalhada das soluções adotadas. Uniformização dos procedimentos			X	X			As medidas são implementadas no decurso do desenvolvimento das tarefas diárias.	Os contactos ocorrem preferencialmente por ofício ou email, dando-se sempre conhecimento à chefia e entrada/saída no Expediante eficando arquivados nos respetivos processos. O mesmo procedimento ocorre no que respeita às soluções adotadas. Existe uma uniformização dos procedimentos, até porque a legislação vigente assim o estipula.	DPTRPF (Gabinete de Planeamento)	DPTRPF
	Pressões para adoção de soluções urbanísticas específicas com a criação de mais-valias para favorecimento (ex. reclassificação do solo rural para solo urbano, no âmbito dos PMOT)	Acautelar situações de impedimento ou interesses particulares por parte dos representantes da CMT nas Comissões de Acompanhamento (CA) dos PMOT Assegurar a rotatividade da representação nas CA			X	X			Os repesentantes nas Comissões são designados pelo Executivo Municipal sempre que surge essa necessidade no âmbito de novos processos de PMOT.	Tarefas e respetivos ofícios.	DPTRPF (Gabinete de Planeamento procede em conformidade com o definido pelo Executivo Municipal)	DPTRPF
TURISMO			**MF**	**F**	**PF**							
	Pressão para a valorização de artigos informativos	Uniformização da informação Racionar a distribuição de acordo com a capacidade/ gestão de pedidos sazonais			X	x			desde 2014	Os folhetos promocionais elaborados não fazem referência a empresas do setor privado; A informação que consta na pág. Web sobre alojamento local está diretamente ligada ao link do Turismo de Portugal, sendo que aparecem os alojamentos que estão devidamente registados; A informação que consta da pág. Web e na APP no que se refere a Agentes de Animação turística, é colocada no caso de responderem a e-mail onde confirmam/prestam informação sobre a mesma (são enviados frequentemente e-mails a confirmar/solicitar informação).	Cristina Neto e Sílvia Lourenço	DPTRPF
	Favorecimento de alguns Estabelecimentos de Restauração e Bebidas/ Empreendimentos Turísticos através da prestação de serviços (ex: filmagens para programas televisivos/ eventos temáticos)	Imparcialidade e não repetição das mesmas entidades. Acautelar a articulação de interesses criando uniformização de procedimentos		X			x		anualmente	No que respeita à organização de eventos: todas as empresas são contatadas via telefone, e-mail ou presencialmente e convidadas publicamente através de comunicado na página Web e em eventos anteriores. No que respeita a filmagens são selecionadas de acordo com o serviço e condições dos estabelecimentos de R&B. Nota: muitos estabelecimentos de R&B recusam-se a colaborar elegando "dar muito trabalho!" e outros querem sempre colaborar por ver na sua participação uma forma de dinamizar o Município.	DPTRPF	DPTRPF

ÁREAS/SERVIÇOS	RISCOS IDENTIFICADOS	MEDIDAS PROPOSTAS	NÍVEL DOS RISCOS			NÍVEL DE EXECUÇÃO			DATA DE IMPLEMENTAÇÃO (data em que foi implementada ou data prevista para a sua implementação)	EVIDÊNCIA	RESPONSÁVEIS PELA IMPLEMENTAÇÃO DAS MEDIDAS	RESPONSÁVEIS
			Muito frequente	Frequente	Pouco frequente	Totalmente executada	Parcialmente executada	Não iniciada				
	Seleção de tipologias de entidades para participação em eventos organizados pelo município	Articulação dos serviços que detém as informações das entidades intervenientes no Turismo			X	x			anualmente	Na participação do município em feiras, o convite para disponibilização de informação sobre Empresas de Animação Turística é feita por e-mail a todos, o mesmo se fazendo para participarem com atividades na FDM.	Cristina Neto e Sílvia Lourenço	DPTRPF
	Favorecimento na distribuição das publicações turísticas	Racionar a distribuição de acordo com a capacidade/ gestão de pedidos sazonais			X	x			anualmente	A distribuição das publicações é feita tendo em conta a capacidade/ afluência de público ao local e mediante pedidos aprovados superiormente	Cristina Neto e Sílvia Lourenço	DPTRPF
RELAÇÕES PÚBLICAS			**MF**	**F**	**PF**							
	Utilização dos meios de comunicação disponíveis para fins políticos	Responsabilizar um técnico pela gestão da comunicação do Município de forma a promover a isenção e imparcialidade no teor da informação veiculada		X				X	não implementada			DPTRPF
	Atribuição de subsídio por órgão singular	Implementação de metodologia com vista a submeter ao órgão executivo a atribuição de apoios, independentemente da sua natureza, financeira, apoio logístico, entre outros			X			X	não implementada			DPTRPF
FISCALIZAÇÃO MUNICIPAL			**MF**	**F**	**PF**							
	Possibilidade de ocorrência de tratamentos distintos para casos semelhantes por consequência de deficiências na organização e sistematização das ações de fiscalização	Elaboração de um Manual de Procedimentos para toda a tramitação processual das ações de fiscalização municipal onde sejam identificadas e caraterizadas todas as ações necessárias para a concretização do processo e das interpretações legais acordadas pelo serviço			X			X	As medidas são implementadas no decurso do desenvolvimento das tarefas diárias.		DPTRPF (Gabinete de Fiscalização procede em conformidade com o definido pelo Executivo Municipal)	DPTRPF, DADED
	Possibilidade da ocorrência de conluios entre os infratores e os entes fiscalizáveis	Elaboração de um relatório anual fundamentado relativamente à área de fiscalização municipal onde se identifiquem as principais questões, bem como de uma Tabela de Registos do Serviço Municipal de Fiscalização. Plano de rotatividade dos fiscais			X		X					DPTRPF, DADED
	Falta de imparcialidade e situações de impunidade dos infratores	Definição de um plano de rotatividade para os fiscais			X		X					DPTRPF, DADED
	Possibilidade de prática de irregularidades, ilegalidades e fraudes na interpretação da legislação aplicável nas ações de fiscalização	Deverão ser remetidos ao Serviço Municipal de Fiscalização todos os processos aquando do levantamento do alvará de construção			X		X					DPTRPF, DADED
	Conflito de interesses	Declaração de inexistência de conflito de interesses			X			X				DPTRPF, DADED
	Não atuação em situação de irregularidades ou ilícitos, tendo conhecimento dos factos	Elaboração de relatório das ocorrências e verificação das diligências efetuadas pela cadeia hierárquica			X		X					DPTRPF, DADED
	Atuação extemporânea	Determinação escrita de prazos para informar, atuar e reportar. Controlo informático dos prazos e dos recursos			X		X					DPTRPF, DADED
	Favorecimento na atribuição de lugares de venda (feiras e mercados)	Proceder a um sorteio para cada feira/mercado			X			X				DADED
	Oferecimento de gratificações diversas com vista a favorecimentos nas diferentes áreas de atuação da fiscalização	Uniformização dos procedimentos Assegurar a rotatividade das equipas nas diferentes áreas de atuação Formação no código de conduta			X		X					DPTRPF, DADED
	Emissão de guias de pagamento por um único serviço (feiras e mercados)	Redundância de verificação por dois serviços distintos	X				X					DPTRPF, DF

PLANO PREVENÇÃO DE RISCOS DE GESTÃO DE CORRUPÇÃO E INFRACÇÕES CONEXAS

ÁREAS/SERVIÇOS	RISCOS IDENTIFICADOS	MEDIDAS PROPOSTAS	NÍVEL DOS RISCOS			NÍVEL DE EXECUÇÃO			DATA DE IMPLEMENTAÇÃO (data em que foi implementada ou data prevista para a sua implementação)	EVIDÊNCIA	RESPONSÁVEIS PELA IMPLEMENTAÇÃO DAS MEDIDAS	RESPONSÁVEIS
			Muito frequente	Frequente	Pouco frequente	Totalmente executada	Parcialmente executada	Não iniciada				
CONTRATAÇÃO PÚBLICA DA			**MF**	**F**	**PF**	**T**	**P**	**NI**				
Planeamento da contratação	Ausência de rotatividade dos responsáveis pela prática de atos determinantes no processo de contratação, controlo dos fornecimentos e armazenamento dos bens	Promoção da rotatividade dos trabalhadores			X	X			Contínuo	Embora a DA apenas tenha a seu cargo, neste momento, 3 contratos, sempre que possível é alterada a composição do júri à medida que os procedimento da	Chefe da DA	todas as unidades orgânicas
	Inexistência, ou existência deficiente, de um sistema estruturado de avaliação das necessidades	Implementação de sistema estruturado de avaliação das necessidades			X	X			6 de outubro de 2016	Foi produzido Mapa de levantamento de necessidades da DA, para controlo de prazos.	Chefe da DA	todas as unidades orgânicas
	Tratamento deficiente das estimativas de custos	Montagem de base de dados com informação relevante sobre aquisições anteriores			X	X			6 de outubro de 2016	Foi produzido Mapa comparativo das aquisições já contratadas, cuja execução é acompanhada	Chefe da DA	todas as unidades orgânicas
	Planeamento deficiente dos procedimentos, obtando a que sejam assegurados prazos razoáveis	Aprovação de instruções/procedimentos escritos que regulem os procedimentos de planeamento, com todas as fases do concurso e seus possíveis incidentes			X			X	-	A DA tem despoletado sempre os procedimetnos de forma atempada, pelo que julga-se desnecessário concretizar	Pelo n.º reduzido de procedimentos, julgo não ser de implementar pela DA	todas as unidades orgânicas
	Excessivo recurso a procedimento pela via do Ajuste Direto em Regime Simplificado	Independentemente do valor, será de adotar a consulta a pelo menos 3 entidades. Caso não se proceda nestes termos deverá a escolha do procedimento ser devidamente fundamentada			X	X			Implementação contínua - A DA, dos 3 contratos que detém, um foi despoletado por concurso poúblico e os restantes (2), por AD em regime geral. Destes,num	Tarefa onde os procediemnto da DA são propostos	Chefe da DA	todas as unidades orgânicas
Procedimentos Pré-contratuais	Seleção e contratação de especialistas externos por ajuste direto	Assunção de procedimento do concurso público como procedimento regra para a contratação de especialistas externos										GJ, DPTRPF, DPEOM, DATE, DSIC E DF
	Erros de avaliação técnica; peças do procedimento deficientemente elaboradas	Normas procedimentais internas e observância dos manuais de procedimentos em vigor			X	X			Produção de minutas	Com a disponibilização das minutas, cabe aos responsáveis pelas propostas de procedimento melhorar/enrriquecer ao máximo as respetivas peças	Não tendo ocorrido quaisquer constrangimentos nos procedimentos lançados pela DA, julgo não ser de implementar por esta unidade orgânica	todas as unidades orgânicas
	Discricionariedade; Favorecimento; tráfico de influências; Conluio	Normas procedimentais internas e nomeação júris diferenciados			X	X			Implementação contínua	Sempre que possível é alterada a composição do júri à medida que os procedimento da DA vão sendo propostos.	Chefe da DA	todas as unidades orgânicas
	Inexistência de informação relativa a eventuais incompatibilidades/interesses dos elementos intervenientes nos júris dos procedimentos	Prestação por cada um dos elementos do júri de declaração sob compromisso de honra relativa à não verificação de impedimentos/interesses, após o conhecimento das entidades concorrentes			X			X	Por implementar		SCP	todas as unidades orgânicas
	Inexistência ou existência deficiente de um sistema de controlo interno, destinado a verificar e a certificar os procedimentos pré-contratuais	Implementação de um sistema de controlo interno que garanta a conformidade legal de todo o procedimento			X	X			Implementação contínua (SCP/SA)	A SCP verifica o procedimento e, aquandoda elaboração da minuta do contratoexiste nova verificação.	SCP/SA	todas as unidades orgânicas
	Não fixação, no caderno de encargos, das especificações técnicas, tendo em conta a natureza das prestações objeto do contrato a celebrar	Que as especificações técnicas fixadas no caderno de encargos se adequam à natureza das prestações objeto do contrato a celebrar			X	X			Implementação contínua	Dos procedimentos propostos pela DA, existe sempre este cuidado.	Chefe da DA	todas as unidades orgânicas
	Incompletude das cláusulas técnicas fixadas no caderno de encargos, com especificação, nomeadamente, de marcas ou denominações comerciais	Implementação de um sistema de controlo interno que garanta que as cláusulas técnicas fixadas no caderno de encargos são claras, completas e não discriminatórias			X	X			Implementação contínua	Existência de uma verificação prévia das peças do procedimento	SCP	todas as unidades orgânicas
	Carácter subjetivo dos critérios de avaliação das propostas, com inserção de dados não quantificáveis nem comparáveis	Implementação de um sistema de controlo interno que garanta que o modelo de avaliação de proposta tem um carater objetivo e baseia-se em dados quantificáveis e comparáveis e que os critérios de adjudicação dos fatores e eventuais subfactores de avaliação das propostas, veem enunciados de uma forma clara e suficientemente pormenorizada no respetivo programa do procedimento ou no convite			X	X			Em regra o método utilizado pelos serviços da DA é o do mais baixo preço.	As peças dos procedimentos	Chefe da DA	todas as unidades orgânicas

ÁREAS/SERVIÇOS	RISCOS IDENTIFICADOS	MEDIDAS PROPOSTAS	NÍVEL DOS RISCOS			NÍVEL DE EXECUÇÃO			DATA DE IMPLEMENTAÇÃO (data em que foi implementada ou data prevista para a sua implementação)	EVIDÊNCIA	RESPONSÁVEIS PELA IMPLEMENTAÇÃO DAS MEDIDAS	RESPONSÁVEIS
			Muito frequente	Frequente	Pouco frequente	Totalmente executada	Parcialmente executada	Não iniciada				
CONTRATAÇÃO PÚBLICA DA			**MF**	**F**	**PF**	**T**	**P**	**NI**				
	Enunciação deficiente e insuficiente dos critérios de adjudicação e dos fatores e eventuais subfactores de avaliação das propostas, quando exigíveis	Implementação de um sistema de controlo interno que garanta que a escolha dos critérios, dos fatores e eventuais subfactores de avaliação das propostas, assim como a sua ponderação relativa se adequam à natureza e aos objetivos específicos de cada aquisição em concreto			X	X			Em regra o método utilizado pelos serviços da DA é o do mais baixo preço.	As peças dos procedimentos	-	todas as unidades orgânicas
	Fundamentação insuficiente do recurso ao ajuste direto, quando baseado em critérios materiais.	No caso em que se adote o ajuste direto com base em critérios materiais, os mesmos deverão ser rigorosamente justificados baseando-se em dados objetivos										DPEOM, DSIC
	Existência de ambiguidades, lacunas e omissões no clausulado	Implementação de um sistema de controlo interno que garanta que o seu clausulado é claro e rigoroso, não existindo erros, ambiguidades, lacunas ou omissões que possam implicar, designadamente, o agravamento dos custos contratuais ou o adiamento dos prazos de execução			X			X	Em regra as peças dos procedimetnos da DA são verificados previamente por vários serviços (SA/SCP/...) para que estas estejam o mais completas possíveis.	As peças dos procedimentos	Chefe da DA/SCP	todas as unidades orgânicas
	Fundamentação insuficiente ou incorrecta para a "natureza imprevista" dos trabalhos	Nas empreitadas, no caso da existência de "trabalhos a mais" haverá que verificar: - os pressupostos legalmente previstos para a existência de trabalhos, designadamente os de "natureza imprevista"; - que esses trabalhos não podem ser técnica ou economicamente separáveis do objeto do contrato sem inconveniente grave para o dono da obra ou, embora separáveis, sejam estritamente necessários à conclusão da obra; - a garantia de que a execução desses trabalhos não excede os limites quantitativos estabelecidos na lei										DPEOM
	Fundamentação insuficiente ou incorreta para a circunstância desses trabalhos não poderem ser técnica ou economicamente separáveis do objeto do contrato sem inconveniente grave para o dono da obra ou, embora separáveis, sejam estritamente necessários à conclusão da obra	Implementação de normas internas que garantam a boa e atempada execução dos contratos por parte dos fornecedores/prestadores de serviços/empreiteiros, mediante a fiscalização regular do desempenho do contratante, de acordo com os níveis de quantidade e/ou qualidade estabelecidos nos contratos e documentos anexos										DPEOM
Celebração e Execução de Contratos	Verificação deficiente da boa e atempada execução dos contratos por parte dos fornecedores/prestadores	Implementação de normas internas que garantam a boa e atempada execução dos contratos por parte dos fornecedores/prestadores de serviços/empreiteiros, mediante a fiscalização regular do desempenho do contratante, de acordo com os níveis de quantidade e/ou qualidade estabelecidos nos contratos e documentos anexos			X	X			A execução dos poucos contratos a cargo da DA são regularmente acompanhados/verificados e as empresas alvo de avaliação, que passou a ser anual por força do processo da qualidade.	Acompanhamento permanente da execução do contratos	Responsáveis pela execução dos contratos	todas as unidades orgânicas
	Acompanhamento deficiente e avaliação regulares do desempenho do contratante, de acordo com os níveis de quantidade ou qualidade estabelecidos no contrato				X	X				Caso se verifique alguma execução deficiente, quem acompanha o contrato tem que o reportar. Situação que na DA, ainda não sucedeu.		todas as unidades orgânicas
	Inexistência de um controlo rigoroso dos custos do contrato tendo por pressuposto os valores orçamentados	Implementação de normas internas que garantam um controlo rigoroso dos custos do contrato, garantindo a sua concordância com os valores orçamentados			X	X			Implementação contínua	Sempre que se pretende lançar um procedimento, tem-se em consideração o que resultou de procedimetnos anteriores.	Responsáveis pela execução dos contratos	todas as unidades orgânicas
	Inexistência ou programação deficiente da calendarização dos trabalhos	Implementação de normas internas que garantam uma calendarização sistemática			X	X			Implementação contínua	Os contratos em vigor dispõem de prazos específicos para a sua execução, os quais são	Responsáveis pela execução dos contratos	todas as unidades orgânicas
	Inexistência de advertências logo que são detetadas situações irregulares ou derrapagens nos custos e nos prazos	Implementação de normas internas que garantam a boa e atempada execução dos contratos por parte dos fornecedores/prestadores de serviços/empreiteiros, mediante o envio de advertências, em devido tempo, ao fornecedor/prestador de serviço/empreiteiro logo que se detetem situações irregulares e/ou derrapagem de custos e de prazos contratuais			X	X			Implementação contínua	Não se tem verificado derrapagens dos prazos estipulados	Responsáveis pela execução dos contratos	todas as unidades orgânicas
	Inexistência de inspeção ou de ato que certifique as quantidades e a qualidade dos bens e serviços, antes da emissão da ordem de pagamento	Implementação de atos prévios de inspeção e certificação da quantidade e da qualidade dos bens e serviços adquiridos, relativamente à emissão da ordem de pagamento			X	X			Implementação contínua	Nenhuma fatura é confirmada, sem a verificação prévia de que os serviços foram prestados nos termos exigidos.	Responsáveis pela execução dos contratos	todas as unidades orgânicas
	Inspeção e/ou avaliação da quantidade e da qualidade dos bens e serviços adquiridos efetuada somente por um trabalhador	Implementação de normas internas que garantam pelo menos dois trabalhadores na inspeção/avaliação da quantidade e da qualidade dos bens e serviços adquiridos			X			X	por implementar	Não existem recursos humanos suficientes na DA para que o proposto possa ser realizado, cabendo ao responsável pela execução do contrato garantir o	Responsáveis pela execução dos contratos	todas as unidades orgânicas

ÁREAS/SERVIÇOS	RISCOS IDENTIFICADOS	MEDIDAS PROPOSTAS	NÍVEL DOS RISCOS			NÍVEL DE EXECUÇÃO			DATA DE IMPLEMENTAÇÃO (data em que foi implementada ou data prevista para a sua implementação)	EVIDÊNCIA	RESPONSÁVEIS PELA IMPLEMENTAÇÃO DAS MEDIDAS	RESPONSÁVEIS
			Muito frequente	Frequente	Pouco frequente	Totalmente executada	Parcialmente executada	Não iniciada				
CONTRATAÇÃO PÚBLICA DA			**MF**	**F**	**PF**	**T**	**P**	**NI**				
Outras Questões	Existência de conflitos de interesses que ponham em causa a transparência dos procedimentos	Segregação de funções			X	X			Implementação contínua	Não julgo existir nos contratos a cargo da DA, pelas razões já expostas anteriormente.	Chefe da DA	todas as unidades orgânicas
	Existência de situações de conluio entre os concorrentes e de eventual corrupção dos trabalhadores	Obtenção de declarações de interesses privados dos trabalhadores			X			X	Por implementar		Responsáveis pela execução dos contratos	todas as unidades orgânicas
	Não existência de uma avaliação "à posteriori" do nível de qualidade e do preço dos bens e serviços adquiridos e das empreitadas realizadas aos diversos fornecedores/prestadores de serviços/empreiteiros	Avaliação "à posteriori" do nível de qualidade e do preço dos bens e serviços adquiridos e das empreitadas realizadas aos diversos fornecedores/prestadores de serviços/empreiteiros			X	X			Implementação contínua	Relatórios de execução dos contratos e questionário de avaliação do fornecedor/prestador de serviço.	Responsáveis pela execução dos contratos	todas as unidades orgânicas
	Não existência de procedimentos de análise da informação recolhida para identificar eventuais lacunas ou vulnerabilidades	Implementação de procedimentos de análise da informação recolhida para identificar eventuais lacunas ou vulnerabilidades			X			X	Por implementar		Responsáveis pela execução dos contratos	todas as unidades orgânicas

PLANO PREVENÇÃO DE RISCOS DE GESTÃO DE CORRUPÇÃO E INFRACÇÕES CONEXAS

ÁREAS/SERVIÇOS	RISCOS IDENTIFICADOS	MEDIDAS PROPOSTAS	NÍVEL DOS RISCOS			NÍVEL DE EXECUÇÃO			DATA DE IMPLEMENTAÇÃO (data em que foi implementada ou data prevista para a sua implementação)	EVIDÊNCIA	RESPONSÁVEIS PELA IMPLEMENTAÇÃO DAS MEDIDAS	RESPONSÁVEIS
			Muito frequente	Frequente	Pouco frequente	Totalmente executada	Parcialmente executada	Não iniciada				
CONTRATAÇÃO PÚBLICA	**CONTRATAÇÃO PÚBLICA DAS**		**MF**	**F**	**PF**	**T**	**P**	**NI**				
Planeamento da contratação	Ausência de rotatividade dos responsáveis pela prática de atos determinantes no processo de contratação, controlo dos fornecimentos e armazenamento dos bens	Promoção da rotatividade dos trabalhadores		X					Janeiro de 2016		Chefe de Divisão	todas as unidades orgânicas
	Inexistência, ou existência deficiente, de um sistema estruturado de avaliação das necessidades	Implementação de sistema estruturado de avaliação das necessidades		X					janeiro de 2015		Chefe de Divisão	todas as unidades orgânicas
	Tratamento deficiente das estimativas de custos	Montagem de base de dados com informação relevante sobre aquisições anteriores		X					Desde 2010		Chefe de Divisão	todas as unidades orgânicas
	Planeamento deficiente dos procedimentos, obtando a que sejam assegurados prazos razoáveis	Aprovação de instruções/procedimentos escritos que regulem os procedimentos de planeamento, com todas as fases do concurso e seus possíveis incidentes	X						Desde a entrada em vigor da lei		Chefe de Divisão	todas as unidades orgânicas
	Excessivo recurso a procedimento pela via do Ajuste Direto em Regime Simplificado	Independentemente do valor, será de adotar a consulta a pelo menos 3 entidades. Caso não se proceda nestes termos deverá a escolha do procedimento ser devidamente fundamentada				X			Desde a entrada em vigor da lei		Chefe de Divisão	todas as unidades orgânicas
Procedimentos Pré-contratuais	Seleção e contratação de especialistas externos por ajuste direto	Assunção de procedimento do concurso público como procedimento regra para a contratação de especialistas externos										GJ, DPTRPF, DPEOM, DATE, DSIC E DF
	Erros de avaliação técnica; peças do procedimento deficientemente elaboradas	Normas procedimentais internas e observância dos manuais de procedimentos em vigor	X						Desde a entrada em vigor da lei		Chefe de Divisão	todas as unidades orgânicas
	Discricionariedade; Favorecimento; tráfico de influências; Conluio	Normas procedimentais internas e nomeação júris diferenciados				X			Desde sempre		Chefe de Divisão	todas as unidades orgânicas
	Inexistência de informação relativa a eventuais incompatibilidades/interesses dos elementos intervenientes nos júris dos procedimentos	Prestação por cada um dos elementos do júri de declaração sob compromisso de honra relativa à não verificação de impedimentos/interesses, após o conhecimento das entidades concorrentes				X			Desde sempre		Chefe de Divisão	todas as unidades orgânicas
	Inexistência ou existência deficiente de um sistema de controlo interno, destinado a verificar e a certificar os procedimentos pré-contratuais	Implementação de um sistema de controlo interno que garanta a conformidade legal de todo o procedimento		X							Chefe de Divisão	todas as unidades orgânicas
	Não fixação, no caderno de encargos, das especificações técnicas, tendo em conta a natureza das prestações objeto do contrato a celebrar	Que as especificações técnicas fixadas no caderno de encargos se adequam à natureza das prestações objeto do contrato a celebrar				X			Desde sempre		Chefe de Divisão	todas as unidades orgânicas
	Incompletude das cláusulas técnicas fixadas no caderno de encargos, com especificação, nomeadamente, de marcas ou denominações comerciais	Implementação de um sistema de controlo interno que garanta que as cláusulas técnicas fixadas no caderno de encargos são claras, completas e não discriminatórias				X			Desde sempre		Chefe de Divisão	todas as unidades orgânicas
	Carácter subjetivo dos critérios de avaliação das propostas, com inserção de dados não quantificáveis nem comparáveis	Implementação de um sistema de controlo interno que garanta que o modelo de avaliação de proposta tem um carater objetivo e baseia-se em dados quantificáveis e comparáveis e que os critérios de adjudicação dos fatores e eventuais subfactores de avaliação das propostas, veem enunciados de uma forma clara e suficientemente pormenorizada no respetivo programa do procedimento ou no convite				X			*Desde a entrada em vigor da lei e repetivos procedimentos relativos a este item.*		Chefe de Divisão	todas as unidades orgânicas

ÁREAS/SERVIÇOS	RISCOS IDENTIFICADOS	MEDIDAS PROPOSTAS	NÍVEL DOS RISCOS			NÍVEL DE EXECUÇÃO			DATA DE IMPLEMENTAÇÃO (data em que foi implementada ou data prevista para a sua implementação)	EVIDÊNCIA	RESPONSÁVEIS PELA IMPLEMENTAÇÃO DAS MEDIDAS	RESPONSÁVEIS
			Muito frequente	Frequente	Pouco frequente	Totalmente executada	Parcialmente executada	Não iniciada				
CONTRATAÇÃO PÚBLICA	**CONTRATAÇÃO PÚBLICA DAS**		**MF**	**F**	**PF**	**T**	**P**	**NI**				
	Enunciação deficiente e insuficiente dos critérios de adjudicação e dos fatores e eventuais subfactores de avaliação das propostas, quando exigíveis	Implementação de um sistema de controlo interno que garanta que a escolha dos critérios, dos fatores e eventuais subfactores de avaliação das propostas, assim como a sua ponderação relativa se adequam à natureza e aos objetivos específicos de cada aquisição em concreto				X			Desde a entrada em vigor da lei e repetivos procedimentos relativos a este item.		Chefe de Divisão	todas as unidades orgânicas
	Fundamentação insuficiente do recurso ao ajuste direto, quando baseado em critérios materiais.	No caso em que se adote o ajuste direto com base em critérios materiais, os mesmos deverão ser rigorosamente justificados baseando-se em dados objetivos										DPEOM, DSIC
Celebração e Execução de Contratos	Existência de ambiguidades, lacunas e omissões no clausulado	Implementação de um sistema de controlo interno que garanta que o seu clausulado é claro e rigoroso, não existindo erros, ambiguidades, lacunas ou omissões que possam implicar, designadamente, o agravamento dos custos contratuais ou o adiamento dos prazos de execução				X			Desde a entrada em vigor da lei e repetivos procedimentos relativos a este item.			todas as unidades orgânicas
	Fundamentação insuficiente ou incorrecta para a "natureza imprevista" dos trabalhos	Nas empreitadas, no caso da existência de "trabalhos a mais" haverá que verificar: - os pressupostos legalmente previstos para a existência de trabalhos, designadamente os de "natureza imprevista"; - que esses trabalhos não podem ser técnica ou economicamente separáveis do objeto do contrato sem inconveniente grave para o dono da obra ou, embora separáveis, sejam estritamente necessários à conclusão da obra; - a garantia de que a execução desses trabalhos não excede os limites quantitativos estabelecidos na lei										DPEOM
	Fundamentação insuficiente ou incorreta para a circunstância desses trabalhos não poderem ser técnica ou economicamente separáveis do objeto do contrato sem inconveniente grave para o dono da obra ou, embora separáveis, sejam estritamente necessários à conclusão da obra	Implementação de normas internas que garantam a boa e atempada execução dos contratos por parte dos fornecedores/prestadores de serviços/empreiteiros, mediante a fiscalização regular do desempenho do contratante, de acordo com os níveis de quantidade e/ou qualidade estabelecidos nos contratos e documentos anexos										DPEOM
	Verificação deficiente da boa e atempada execução dos contratos por parte dos fornecedores/prestadores	Implementação de normas internas que garantam a boa e atempada execução dos contratos por parte dos fornecedores/prestadores de serviços/empreiteiros, mediante a fiscalização regular do desempenho do contratante, de acordo com os níveis de quantidade e/ou qualidade estabelecidos nos contratos e documentos anexos				X			Desde a entrada em vigor da lei e repetivos procedimentos relativos a este item.		Chefe de Divisão	todas as unidades orgânicas
	Acompanhamento deficiente e avaliação regulares do desempenho do contratante, de acordo com os níveis de quantidade ou qualidade estabelecidos no contrato											todas as unidades orgânicas
	Inexistência de um controlo rigoroso dos custos do contrato tendo por pressuposto os valores orçamentados	Implementação de normas internas que garantam um controlo rigoroso dos custos do contrato, garantindo a sua concordância com os valores orçamentados				X			Desde a entrada em vigor da lei e repetivos procedimentos relativos a este item.		Chefe de Divisão	todas as unidades orgânicas
	Inexistência ou programação deficiente da calendarização dos trabalhos	Implementação de normas internas que garantam uma calendarização sistemática				X			Desde 2015		Chefe de Divisão	todas as unidades orgânicas
	Inexistência de advertências logo que são detetadas situações irregulares ou derrapagens nos custos e nos prazos	Implementação de normas internas que garantam a boa e atempada execução dos contratos por parte dos fornecedores/prestadores de serviços/empreiteiros, mediante o envio de advertências, em devido tempo, ao fornecedor/prestador de serviço/empreiteiro logo que se detetem situações irregulares e/ou derrapagem de custos e de prazos contratuais				X			Desde a entrada em vigor da lei e repetivos procedimentos relativos a este item.		Chefe de Divisão	todas as unidades orgânicas
	Inexistência de inspeção ou de ato que certifique as quantidades e a qualidade dos bens e serviços, antes da emissão da ordem de pagamento	Implementação de atos prévios de inspeção e certificação da quantidade e da qualidade dos bens e serviços adquiridos, relativamente à emissão da ordem de pagamento				X			Desde a entrada em vigor da lei e repetivos procedimentos relativos a este item.		Chefe de Divisão	todas as unidades orgânicas
	Inspeção e/ou avaliação da quantidade e da qualidade dos bens e serviços adquiridos efetuada somente por um trabalhador	Implementação de normas internas que garantam pelo menos dois trabalhadores na inspeção/avaliação da quantidade e da qualidade dos bens e serviços adquiridos				X					Chefe de Divisão	todas as unidades orgânicas

ÁREAS/SERVIÇOS	RISCOS IDENTIFICADOS	MEDIDAS PROPOSTAS	NÍVEL DOS RISCOS			NÍVEL DE EXECUÇÃO			DATA DE IMPLEMENTAÇÃO (data em que foi implementada ou data prevista para a sua implementação)	EVIDÊNCIA	RESPONSÁVEIS PELA IMPLEMENTAÇÃO DAS MEDIDAS	RESPONSÁVEIS
			Muito frequente	Frequente	Pouco frequente	Totalmente executada	Parcialmente executada	Não iniciada				
CONTRATAÇÃO PÚBLICA	**CONTRATAÇÃO PÚBLICA DAS**		**MF**	**F**	**PF**	**T**	**P**	**NI**				
Outras Questões	Existência de conflitos de interesses que ponham em causa a transparência dos procedimentos	Segregação de funções				X			Desde sempre		Chefe de Divisão	todas as unidades orgânicas
	Existência de situações de conluio entre os concorrentes e de eventual corrupção dos trabalhadores	Obtenção de declarações de interesses privados dos trabalhadores				X			Desde sempre		Chefe de Divisão	todas as unidades orgânicas
	Não existência de uma avaliação "à posteriori" do nível de qualidade e do preço dos bens e serviços adquiridos e das empreitadas realizadas aos diversos fornecedores/prestadores de serviços/empreiteiros	Avaliação "à posteriori" do nível de qualidade e do preço dos bens e serviços adquiridos e das empreitadas realizadas aos diversos fornecedores/prestadores de serviços/empreiteiros				X			Desde sempre		Chefe de Divisão	todas as unidades orgânicas
	Não existência de procedimentos de análise da informação recolhida para identificar eventuais lacunas ou vulnerabilidades	Implementação de procedimentos de análise da informação recolhida para identificar eventuais lacunas ou vulnerabilidades				X			Desde sempre		Chefe de Divisão	todas as unidades orgânicas

PLANO PREVENÇÃO DE RISCOS DE GESTÃO DE CORRUPÇÃO E INFRACÇÕES CONEXAS

ÁREAS/SERVIÇOS	RISCOS IDENTIFICADOS	MEDIDAS PROPOSTAS	NÍVEL DOS RISCOS			NÍVEL DE EXECUÇÃO			DATA DE IMPLEMENTAÇÃO (data em que foi implementada ou data prevista para a sua implementação)	EVIDÊNCIA	RESPONSÁVEIS PELA IMPLEMENTAÇÃO DAS MEDIDAS	RESPONSÁVEIS
			Muito frequente	Frequente	Pouco frequente	Totalmente executada	Parcialmente executada	Não iniciada				
CONTRATAÇÃO PÚBLICA DATE			**MF**	**F**	**PF**	**T**	**P**	**NI**				
Planeamento da contratação	Ausência de rotatividade dos responsáveis pela prática de atos determinantes no processo de contratação, controlo dos fornecimentos e armazenamento dos bens	Promoção da rotatividade dos trabalhadores			X			X				todas as unidades orgânicas
	Inexistência, ou existência deficiente, de um sistema estruturado de avaliação das necessidades	Implementação de sistema estruturado de avaliação das necessidades			X		X			Ges fornece essa informação		todas as unidades orgânicas
	Tratamento deficiente das estimativas de custos	Montagem de base de dados com informação relevante sobre aquisições anteriores			X		X			GES/OAD fornece essa informação		todas as unidades orgânicas
	Planeamento deficiente dos procedimentos, obtando a que sejam assegurados prazos razoáveis	Aprovação de instruções/procedimentos escritos que regulem os procedimentos de planeamento, com todas as fases do concurso e seus possíveis incidentes			X	X				Seguem-se as minutas pela DA/SCP		todas as unidades orgânicas
	Excessivo recurso a procedimento pela via do Ajuste Direto em Regime Simplificado	Independentemente do valor, será de adotar a consulta a pelo menos 3 entidades. Caso não se proceda nestes termos deverá a escolha do procedimento ser devidamente fundamentada		X			X					todas as unidades orgânicas
Procedimentos Pré-contratuais	Seleção e contratação de especialistas externos por ajuste direto	Assunção de procedimento do concurso público como procedimento regra para a contratação de especialistas externos							A DATE não contrata especialistas externos			GJ, DPTRPF, DPEOM, DATE, DSIC E DF
	Erros de avaliação técnica; peças do procedimento deficientemente elaboradas	Normas procedimentais internas e observância dos manuais de procedimentos em vigor			X		X					todas as unidades orgânicas
	Discricionariedade; Favorecimento; tráfico de influências; Conluio	Normas procedimentais internas e nomeação júris diferenciados			X		X					todas as unidades orgânicas
	Inexistência de informação relativa a eventuais incompatibilidades/interesses dos elementos intervenientes nos júris dos procedimentos	Prestação por cada um dos elementos do júri de declaração sob compromisso de honra relativa à não verificação de impedimentos/interesses, após o conhecimento das entidades concorrentes			X			X				todas as unidades orgânicas
	Inexistência ou existência deficiente de um sistema de controlo interno, destinado a verificar e a certificar os procedimentos pré-contratuais	Implementação de um sistema de controlo interno que garanta a conformidade legal de todo o procedimento			X			X		Seguimos as minutas da DA/SCP		todas as unidades orgânicas
	Não fixação, no caderno de encargos, das especificações técnicas, tendo em conta a natureza das prestações objeto do contrato a celebrar	Que as especificações técnicas fixadas no caderno de encargos se adequam à natureza das prestações objeto do contrato a celebrar			X	X						todas as unidades orgânicas
	Incompletude das cláusulas técnicas fixadas no caderno de encargos, com especificação, nomeadamente, de marcas ou denominações comerciais	Implementação de um sistema de controlo interno que garanta que as cláusulas técnicas fixadas no caderno de encargos são claras, completas e não discriminatórias			X			X				todas as unidades orgânicas
	Carácter subjetivo dos critérios de avaliação das propostas, com inserção de dados não quantificáveis nem comparáveis	Implementação de um sistema de controlo interno que garanta que o modelo de avaliação de proposta tem um carater objetivo e baseia-se em dados quantificáveis e comparáveis e que os critérios de adjudicação dos fatores e eventuais subfactores de avaliação das propostas, veem enunciados de uma forma clara e suficientemente pormenorizada no respetivo programa do procedimento ou no convite			X			X				todas as unidades orgânicas

ÁREAS/SERVIÇOS	RISCOS IDENTIFICADOS	MEDIDAS PROPOSTAS	NÍVEL DOS RISCOS			NÍVEL DE EXECUÇÃO			DATA DE IMPLEMENTAÇÃO (data em que foi implementada ou data prevista para a sua implementação)	EVIDÊNCIA	RESPONSÁVEIS PELA IMPLEMENTAÇÃO DAS MEDIDAS	RESPONSÁVEIS
			Muito frequente	Frequente	Pouco frequente	Totalmente executada	Parcialmente executada	Não iniciada				
CONTRATAÇÃO PÚBLICA DATE			**MF**	**F**	**PF**	**T**	**P**	**NI**				
	Enunciação deficiente e insuficiente dos critérios de adjudicação e dos fatores e eventuais subfactores de avaliação das propostas, quando exigíveis	Implementação de um sistema de controlo interno que garanta que a escolha dos critérios, dos fatores e eventuais subfactores de avaliação das propostas, assim como a sua ponderação relativa se adequam à natureza e aos objetivos específicos de cada aquisição em concreto			X		X					todas as unidades orgânicas
	Fundamentação insuficiente do recurso ao ajuste direto, quando baseado em critérios materiais.	No caso em que se adote o ajuste direto com base em critérios materiais, os mesmos deverão ser rigorosamente justificados baseando-se em dados objetivos										DPEOM, DSIC
	Existência de ambiguidades, lacunas e omissões no clausulado	Implementação de um sistema de controlo interno que garanta que o seu clausulado é claro e rigoroso, não existindo erros, ambiguidades, lacunas ou omissões que possam implicar, designadamente, o agravamento dos custos contratuais ou o adiamento dos prazos de execução			X			X				todas as unidades orgânicas
	Fundamentação insuficiente ou incorrecta para a "natureza imprevista" dos trabalhos	Nas empreitadas, no caso da existência de "trabalhos a mais" haverá que verificar: - os pressupostos legalmente previstos para a existência de trabalhos, designadamente os de "natureza imprevista"; - que esses trabalhos não podem ser técnica ou economicamente separáveis do objeto do contrato sem inconveniente grave para o dono da obra ou, embora separáveis, sejam estritamente necessários à conclusão da obra; - a garantia de que a execução desses trabalhos não excede os limites quantitativos estabelecidos na lei										DPEOM
	Fundamentação insuficiente ou incorreta para a circunstância desses trabalhos não poderem ser técnica ou economicamente separáveis do objeto do contrato sem inconveniente grave para o dono da obra ou, embora separáveis, sejam estritamente necessários à conclusão da obra	Implementação de normas internas que garantam a boa e atempada execução dos contratos por parte dos fornecedores/prestadores de serviços/empreiteiros, mediante a fiscalização regular do desempenho do contratante, de acordo com os níveis de quantidade e/ou qualidade estabelecidos nos contratos e documentos anexos										DPEOM
Celebração e Execução de Contratos	Verificação deficiente da boa e atempada execução dos contratos por parte dos fornecedores/prestadores	Implementação de normas internas que garantam a boa e atempada execução dos contratos por parte dos fornecedores/prestadores de serviços/empreiteiros, mediante a fiscalização regular do desempenho do contratante, de acordo com os níveis de quantidade e/ou qualidade estabelecidos nos contratos e documentos anexos			X		X					todas as unidades orgânicas
	Acompanhamento deficiente e avaliação regulares do desempenho do contratante, de acordo com os níveis de quantidade ou qualidade estabelecidos no contrato				X		X					todas as unidades orgânicas
	Inexistência de um controlo rigoroso dos custos do contrato tendo por pressuposto os valores orçamentados	Implementação de normas internas que garantam um controlo rigoroso dos custos do contrato, garantindo a sua concordância com os valores orçamentados			X		X					todas as unidades orgânicas
	Inexistência ou programação deficiente da calendarização dos trabalhos	Implementação de normas internas que garantam uma calendarização sistemática			X		X					todas as unidades orgânicas
	Inexistência de advertências logo que são detetadas situações irregulares ou derrapagens nos custos e nos prazos	Implementação de normas internas que garantam a boa e atempada execução dos contratos por parte dos fornecedores/prestadores de serviços/empreiteiros, mediante o envio de advertências, em devido tempo, ao fornecedor/prestador de serviço/empreiteiro logo que se detetem situações irregulares e/ou derrapagem de custos e de prazos contratuais			X		X					todas as unidades orgânicas
	Inexistência de inspeção ou de ato que certifique as quantidades e a qualidade dos bens e serviços, antes da emissão da ordem de pagamento	Implementação de atos prévios de inspeção e certificação da quantidade e da qualidade dos bens e serviços adquiridos, relativamente à emissão da ordem de pagamento			X		X					todas as unidades orgânicas
	Inspeção e/ou avaliação da quantidade e da qualidade dos bens e serviços adquiridos efetuada somente por um trabalhador	Implementação de normas internas que garantam pelo menos dois trabalhadores na inspeção/avaliação da quantidade e da qualidade dos bens e serviços adquiridos			X		X					todas as unidades orgânicas

ÁREAS/SERVIÇOS	RISCOS IDENTIFICADOS	MEDIDAS PROPOSTAS	NÍVEL DOS RISCOS			NÍVEL DE EXECUÇÃO			DATA DE IMPLEMENTAÇÃO (data em que foi implementada ou data prevista para a sua implementação)	EVIDÊNCIA	RESPONSÁVEIS PELA IMPLEMENTAÇÃO DAS MEDIDAS	RESPONSÁVEIS
			Muito frequente	Frequente	Pouco frequente	Totalmente executada	Parcialmente executada	Não iniciada				
CONTRATAÇÃO PÚBLICA DATE			**MF**	**F**	**PF**	**T**	**P**	**NI**				
Outras Questões	Existência de conflitos de interesses que ponham em causa a transparência dos procedimentos	Segregação de funções			X		X					todas as unidades orgânicas
	Existência de situações de conluio entre os concorrentes e de eventual corrupção dos trabalhadores	Obtenção de declarações de interesses privados dos trabalhadores			X		X					todas as unidades orgânicas
	Não existência de uma avaliação "à posteriori" do nível de qualidade e do preço dos bens e serviços adquiridos e das empreitadas realizadas aos diversos fornecedores/prestadores de serviços/empreiteiros	Avaliação "à posteriori" do nível de qualidade e do preço dos bens e serviços adquiridos e das empreitadas realizadas aos diversos fornecedores/prestadores de serviços/empreiteiros			X		X					todas as unidades orgânicas
	Não existência de procedimentos de análise da informação recolhida para identificar eventuais lacunas ou vulnerabilidades	Implementação de procedimentos de análise da informação recolhida para identificar eventuais lacunas ou vulnerabilidades			X		X					todas as unidades orgânicas

PLANO PREVENÇÃO DE RISCOS DE GESTÃO DE CORRUPÇÃO E INFRACÇÕES CONEXAS

ÁREAS/SERVIÇOS	RISCOS IDENTIFICADOS	MEDIDAS PROPOSTAS	NÍVEL DOS RISCOS			NÍVEL DE EXECUÇÃO			DATA DE IMPLEMENTAÇÃO (data em que foi implementada ou data prevista para a sua implementação)	EVIDÊNCIA	RESPONSÁVEIS PELA IMPLEMENTAÇÃO DAS MEDIDAS	RESPONSÁVEIS
			Muito frequente	Frequente	Pouco frequente	Totalmente executada	Parcialmente executada	Não iniciada				
CONTRATAÇÃO PÚBLICA DPTRPF			**MF**	**F**	**PF**	**T**	**P**	**NI**				
Planeamento da contratação	Ausência de rotatividade dos responsáveis pela prática de atos determinantes no processo de contratação, controlo dos fornecimentos e armazenamento dos bens	Promoção da rotatividade dos trabalhadores			X		X					todas as unidades orgânicas
	Inexistência, ou existência deficiente, de um sistema estruturado de avaliação das necessidades	Implementação de sistema estruturado de avaliação das necessidades			X			X				todas as unidades orgânicas
	Tratamento deficiente das estimativas de custos	Montagem de base de dados com informação relevante sobre aquisições anteriores			X		X			Existe base de dados na Comunicação Social		todas as unidades orgânicas
	Planeamento deficiente dos procedimentos, obtando a que sejam assegurados prazos razoáveis	Aprovação de instruções/procedimentos escritos que regulem os procedimentos de planeamento, com todas as fases do concurso e seus possíveis incidentes			X			X				todas as unidades orgânicas
	Excessivo recurso a procedimento pela via do Ajuste Direto em Regime Simplificado	Independentemente do valor, será de adotar a consulta a pelo menos 3 entidades. Caso não se proceda nestes termos deverá a escolha do procedimento ser devidamente fundamentada		X			X			. Informações relativas à aquisição de bens e serviços; . Publicações		todas as unidades orgânicas
Procedimentos Pré-contratuais	Seleção e contratação de especialistas externos por ajuste direto	Assunção de procedimento do concurso público como procedimento regra para a contratação de especialistas externos		X			X					GJ, DPTRPF, DPEOM, DATE, DSIC E DF
	Erros de avaliação técnica; peças do procedimento deficientemente elaboradas	Normas procedimentais internas e observância dos manuais de procedimentos em vigor			X			X				todas as unidades orgânicas
	Discricionariedade; Favorecimento; tráfico de influências; Conluio	Normas procedimentais internas e nomeação júris diferenciados			X			X				todas as unidades orgânicas
	Inexistência de informação relativa a eventuais incompatibilidades/interesses dos elementos intervenientes nos júris dos procedimentos	Prestação por cada um dos elementos do júri de declaração sob compromisso de honra relativa à não verificação de impedimentos/interesses, após o conhecimento das entidades concorrentes			X			X				todas as unidades orgânicas
	Inexistência ou existência deficiente de um sistema de controlo interno, destinado a verificar e a certificar os procedimentos pré-contratuais	Implementação de um sistema de controlo interno que garanta a conformidade legal de todo o procedimento			X			X				todas as unidades orgânicas
	Não fixação, no caderno de encargos, das especificações técnicas, tendo em conta a natureza das prestações objeto do contrato a celebrar	Que as especificações técnicas fixadas no caderno de encargos se adequam à natureza das prestações objeto do contrato a celebrar			X	X				Peças do procedimento.		todas as unidades orgânicas
	Incompletude das cláusulas técnicas fixadas no caderno de encargos, com especificação, nomeadamente, de marcas ou denominações comerciais	Implementação de um sistema de controlo interno que garanta que as cláusulas técnicas fixadas no caderno de encargos são claras, completas e não discriminatórias			X			X		Não existência de um sistema de controlo interno.		todas as unidades orgânicas
	Carácter subjetivo dos critérios de avaliação das propostas, com inserção de dados não quantificáveis nem comparáveis	Implementação de um sistema de controlo interno que garanta que o modelo de avaliação de proposta tem um carater objetivo e baseia-se em dados quantificáveis e comparáveis e que os critérios de adjudicação dos fatores e eventuais subfactores de avaliação das propostas, veem enunciados de uma forma clara e suficientemente pormenorizada no respetivo programa do procedimento ou no convite			X			X		Não existência de um sistema de controlo interno.		todas as unidades orgânicas

ÁREAS/SERVIÇOS	RISCOS IDENTIFICADOS	MEDIDAS PROPOSTAS	NÍVEL DOS RISCOS			NÍVEL DE EXECUÇÃO			DATA DE IMPLEMENTAÇÃO (data em que foi implementada ou data prevista para a sua implementação)	EVIDÊNCIA	RESPONSÁVEIS PELA IMPLEMENTAÇÃO DAS MEDIDAS	RESPONSÁVEIS
			Muito frequente	Frequente	Pouco frequente	Totalmente executada	Parcialmente executada	Não iniciada				
CONTRATAÇÃO PÚBLICA DPTRPF			**MF**	**F**	**PF**	**T**	**P**	**NI**				
	Enunciação deficiente e insuficiente dos critérios de adjudicação e dos fatores e eventuais subfactores de avaliação das propostas, quando exigíveis	Implementação de um sistema de controlo interno que garanta que a escolha dos critérios, dos fatores e eventuais subfactores de avaliação das propostas, assim como a sua ponderação relativa se adequam à natureza e aos objetivos específicos de cada aquisição em concreto			X			X		Não existência de um sistema de controlo interno.		todas as unidades orgânicas
	Fundamentação insuficiente do recurso ao ajuste direto, quando baseado em critérios materiais.	No caso em que se adote o ajuste direto com base em critérios materiais, os mesmos deverão ser rigorosamente justificados baseando-se em dados objetivos										DPEOM, DSIC
	Existência de ambiguidades, lacunas e omissões no clausulado	Implementação de um sistema de controlo interno que garanta que o seu clausulado é claro e rigoroso, não existindo erros, ambiguidades, lacunas ou omissões que possam implicar, designadamente, o agravamento dos custos contratuais ou o adiamento dos prazos de execução			X			X		Não existência de um sistema de controlo interno.		todas as unidades orgânicas
	Fundamentação insuficiente ou incorrecta para a "natureza imprevista" dos trabalhos	Nas empreitadas, no caso da existência de "trabalhos a mais" haverá que verificar: - os pressupostos legalmente previstos para a existência de trabalhos, designadamente os de "natureza imprevista"; - que esses trabalhos não podem ser técnica ou economicamente separáveis do objeto do contrato sem inconveniente grave para o dono da obra ou, embora separáveis, sejam estritamente necessários à conclusão da obra; - a garantia de que a execução desses trabalhos não excede os limites quantitativos estabelecidos na lei										DPEOM
	Fundamentação insuficiente ou incorreta para a circunstância desses trabalhos não poderem ser técnica ou economicamente separáveis do objeto do contrato sem inconveniente grave para o dono da obra ou, embora separáveis, sejam estritamente necessários à conclusão da obra	Implementação de normas internas que garantam a boa e atempada execução dos contratos por parte dos fornecedores/prestadores de serviços/empreiteiros, mediante a fiscalização regular do desempenho do contratante, de acordo com os níveis de quantidade e/ou qualidade estabelecidos nos contratos e documentos anexos										DPEOM
Celebração e Execução de Contratos	Verificação deficiente da boa e atempada execução dos contratos por parte dos fornecedores/prestadores	Implementação de normas internas que garantam a boa e atempada execução dos contratos por parte dos fornecedores/prestadores de serviços/empreiteiros, mediante a fiscalização regular do desempenho do contratante, de acordo com os níveis de quantidade e/ou qualidade estabelecidos nos contratos e documentos anexos			X		X			Não existência de normas internas, no entanto nos procedimentos de planeamento urbanísitco é exigido a entrega periódica de relatórios de progresso e a realização de reuniões visando regular a execução do contrato.		todas as unidades orgânicas
	Acompanhamento deficiente e avaliação regulares do desempenho do contratante, de acordo com os níveis de quantidade ou qualidade estabelecidos no contrato				X							todas as unidades orgânicas
	Inexistência de um controlo rigoroso dos custos do contrato tendo por pressuposto os valores orçamentados	Implementação de normas internas que garantam um controlo rigoroso dos custos do contrato, garantindo a sua concordância com os valores orçamentados			X			X		Não existência de normas internas.		todas as unidades orgânicas
	Inexistência ou programação deficiente da calendarização dos trabalhos	Implementação de normas internas que garantam uma calendarização sistemática			X			X		Não existência de normas internas.		todas as unidades orgânicas
	Inexistência de advertências logo que são detetadas situações irregulares ou derrapagens nos custos e nos prazos	Implementação de normas internas que garantam a boa e atempada execução dos contratos por parte dos fornecedores/prestadores de serviços/empreiteiros, mediante o envio de advertências, em devido tempo, ao fornecedor/prestador de serviço/empreiteiro logo que se detetem situações irregulares e/ou derrapagem de custos e de prazos contratuais			X			X		Não existência de normas internas.		todas as unidades orgânicas
	Inexistência de inspeção ou de ato que certifique as quantidades e a qualidade dos bens e serviços, antes da emissão da ordem de pagamento	Implementação de atos prévios de inspeção e certificação da quantidade e da qualidade dos bens e serviços adquiridos, relativamente à emissão da ordem de pagamento			X		X			As quantidades são verificadas no ato da entrega e/ou na análise dos documentos.		todas as unidades orgânicas
	Inspeção e/ou avaliação da quantidade e da qualidade dos bens e serviços adquiridos efetuada somente por um trabalhador	Implementação de normas internas que garantam pelo menos dois trabalhadores na inspeção/avaliação da quantidade e da qualidade dos bens e serviços adquiridos		X				X		Não existência de normas internas.		todas as unidades orgânicas

ÁREAS/SERVIÇOS	RISCOS IDENTIFICADOS	MEDIDAS PROPOSTAS	NÍVEL DOS RISCOS			NÍVEL DE EXECUÇÃO			DATA DE IMPLEMENTAÇÃO (data em que foi implementada ou data prevista para a sua implementação)	EVIDÊNCIA	RESPONSÁVEIS PELA IMPLEMENTAÇÃO DAS MEDIDAS	RESPONSÁVEIS
			Muito frequente	Frequente	Pouco frequente	Totalmente executada	Parcialmente executada	Não iniciada				
CONTRATAÇÃO PÚBLICA DPTRPF			**MF**	**F**	**PF**	**T**	**P**	**NI**				
Outras Questões	Existência de conflitos de interesses que ponham em causa a transparência dos procedimentos	Segregação de funções			X			X				todas as unidades orgânicas
	Existência de situações de conluio entre os concorrentes e de eventual corrupção dos trabalhadores	Obtenção de declarações de interesses privados dos trabalhadores			X			X				todas as unidades orgânicas
	Não existência de uma avaliação "à posteriori" do nível de qualidade e do preço dos bens e serviços adquiridos e das empreitadas realizadas aos diversos fornecedores/prestadores de serviços/empreiteiros	Avaliação "à posteriori" do nível de qualidade e do preço dos bens e serviços adquiridos e das empreitadas realizadas aos diversos fornecedores/prestadores de serviços/empreiteiros		X			X			Relatórios de avaliação dos fornecedores.		todas as unidades orgânicas
	Não existência de procedimentos de análise da informação recolhida para identificar eventuais lacunas ou vulnerabilidades	Implementação de procedimentos de análise da informação recolhida para identificar eventuais lacunas ou vulnerabilidades			X			X				todas as unidades orgânicas